

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
VENDAS NOVAS**



**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DE OUTUBRO**

ATA N.º 5/2020

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Ata n.º 5/2020

1. Aos treze dias do mês de outubro do ano dois mil e vinte, no Fórum Cultural “A Praça”, teve lugar uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Vendas Novas, com início às 14 horas.
2. Estiveram presentes os seguintes Membros: Hermínia Maria Viegas Henriques (Presidente da Assembleia Municipal), Hugo Miguel Serôdio Mendes (1.º Secretário), Cátia Alexandra de Sousa Silva (2.ª Secretária), Valentino Salgado Cunha, Ana Rita de Oliveira Lança, Ricardo João Dias Mateus, Maria Luís Arranja Martins de Barros, Paulo Jorge Piteira Campino, Sophie Veiga Fontes, Gonçalo Nuno Balão Cegonha, Catarina de Jesus Mendes Serrudo, Rúben Alexandre dos Anjos Alves, Maria Clara Cardoso Pereira, Vítor Dias Serrano, Paula Maria S. Guerreiro Rocharte Valentim (PS), Clarisse da Conceição da Fonseca Fernandes, Maria João Teresa Ribeiro, José Lino Queiroz dos Santos, Maria João Abrantes B. de Almeida e Silva Luz, José Manuel Batista Leitão, Paulo Alexandre Valentim Caçoilas (CDU), João Carlos de Carvalho B. Perdigão Marquês (PSD).
3. Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes: o Presidente da Câmara Municipal, Luís Dias, pela Vice-Presidente, Elsa Caeiro e pelos Srs. Vereadores Ana Barros, Bruno Gomes, Susana Gonçalves, João Teresa Ribeiro e Emília Paulino e pelo Dr. Hélder Fernandes, Chefe da DAF.
4. A **Presidente da Assembleia Municipal, Hermínia Maria Viegas Henriques**, saúda todos os presentes, agradece especialmente à Rádio Granada, na pessoa do Senhor Rui Botas por estarem a transmitir em direto a presente Assembleia Municipal, através da Rádio Granada, o Órgão de Comunicação Local.
5. Refere a quem precisar do Boletim do Itinerário que se dirija à Mesa para o requisitar.
6. Solicita quem tiver intervenções a fazer que se dirija ao púlpito.
7. Refere que a presente Assembleia Municipal foi dividida em duas partes como têm conhecimento. A primeira parte, foram as eleições para a CCDR que se realizaram entre as dezasseis e as vinte horas que constituíram o primeiro ponto.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1.º Ponto – ELEIÇÃO INDIRETA DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO (CCDRA)

8. A **Presidente da Assembleia Municipal** informa que passa a referir os resultados: número de boletins inscritos no Caderno Eleitoral: trinta; número boletins de votos impressos: sessenta; boletins de votos não utilizados: trinta e três; boletins de votos inutilizados: um; número de votantes carregados no caderno eleitoral: vinte e seis; número de boletins de votos em urna: vinte e seis; número de votos brancos: seis; votos nulos: zero. Os resultados foram: Joaquim Roberto Pereira Grilo com um voto, António José Ceia da Silva com dezanove votos, tendo um total de vinte votos válidos.
9. **Depois de declarada encerrada a votação pelas 20 horas, a mesa eleitoral procedeu ao escrutínio dos votos entrados em urna, tendo sido apurados os seguintes resultados:**
 - a) Número de eleitores inscritos - 30;
 - b) Número de votantes - 26;
 - c) Número de votos atribuídos a cada candidatura:
 - Joaquim Roberto Pereira Grilo - 1;
 - António José Ceia da Silva - 19;

d) Número de votos em branco - 6;

e) Número de votos nulos - 0.

Assim, o escrutínio foi encerrado pelas 20 horas e 10 minutos.

10. Neste primeiro ponto participaram os seguintes Membros: Hermínia Maria Viegas Henriques (Presidente da Assembleia Municipal), Hugo Miguel Seródio Mendes (1.º Secretário), Cátia Alexandra de Sousa Silva (2.ª Secretária), Valentino Salgado Cunha, Ana Rita de Oliveira Lança, Ricardo João Dias Mateus, Maria Luís Arranja Martins de Barros, Paulo Jorge Piteira Campino, Sophie Veiga Fontes, Catarina de Jesus Mendes Serrudo, Rúben Alexandre dos Anjos Alves, Maria Clara Cardoso Pereira, Vítor Dias Serrano, Paula Maria S. Guerreiro Rocharte Valentim (PS), Clarisse da Conceição da Fonseca Fernandes, José Lino Queiroz dos Santos, Maria João Abrantes B. de Almeida e Silva Luz, José Manuel Batista Leitão (CDU); João Carlos de Carvalho B. Perdigão Marquês (PSD).
11. **Foram retomados os trabalhos, às 21 horas, tendo estado presente os seguintes Membros:** Hermínia Maria Viegas Henriques (Presidente da Assembleia Municipal), Hugo Miguel Seródio Mendes (1.º Secretário), Cátia Alexandra de Sousa Silva (2.ª Secretária), Valentino Salgado Cunha, Ana Rita de Oliveira Lança, Maria Luís Arranja Martins de Barros, Paulo Jorge Piteira Campino, Sophie Veiga Fontes, Vera Maria Carvalho de Sousa Garcia, Catarina de Jesus Mendes Serrudo, Rúben Alexandre dos Anjos Alves, Maria Clara Cardoso Pereira, Paula Maria S. Guerreiro Rocharte Valentim (PS), Clarisse da Conceição da Fonseca Fernandes, José Lino Queiroz dos Santos, Maria João Abrantes B. de Almeida e Silva Luz, José Manuel Batista Leitão (CDU); Ricardo Manuel Coelho Videira, João Carlos de Carvalho B. Perdigão Marquês (PSD).
12. A Câmara Municipal esteve representada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, Luís Dias, pela Vice-Presidente, Elsa Caeiro e pelos Srs. Vereadores Ana Barros, Bruno Gomes, Susana Gonçalves, Teresa Ribeiro e Emília Paulino.

2.º Ponto – ANÁLISE E PONTO DA SITUAÇÃO AMBIENTAL NO CONCELHO DE VENDAS NOVAS

13. **A Presidente da Assembleia Municipal** refere que o presente ponto foi uma recomendação feita pela Bancada da CDU na última Assembleia Municipal que se realizou no dia 28 de setembro. Coloca à discussão o 2.º ponto da ordem de trabalhos, referindo que o mesmo é só para conhecimento e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.
14. **O Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Cumprimenta a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa os restantes elementos da mesa, cumprimenta os Senhores Vereadores e os demais Membros da Assembleia Municipal, igualmente o público presente, bem como os colaboradores do Município e a rádio local que se disponibilizou para a transmissão da presente Assembleia Municipal.
15. No que diz respeito ao presente ponto e que foi bastante debatido e trabalhado, sendo um dos pontos que mais tempo lhes levou na última Assembleia Municipal, refere que vai fazer um ponto de situação uma vez que a Atividade Municipal que veio à Assembleia Municipal de setembro era até ao final do mês de agosto e, depois dessa informação, há a registar a decisão que já é pública, tomada pela Câmara Municipal no passado dia dois de setembro de encerramento do coletor. Também a questão da providência cautelar, também ela de carácter público que teve e da qual a Câmara Municipal foi citada a 16 de setembro e que levou depois à deliberação da Câmara Municipal com a declaração de interesse público a 23 de setembro, originando depois a oposição do Executivo ao processo de providência cautelar entregue no Tribunal no dia trinta, dentro do prazo definido para o efeito e do qual aguardam o pronúncio final da Senhora Doutora Juíza, que o fará, esperam, muito em breve.
16. A registar no presente período está o facto de já ser possível perceber que, com o encerramento do coletor e, de alguma forma, o não lançamento de despejos anómalos para o coletor municipal, a ETAR iniciou uma recuperação bastante significativa, segundo informação recolhida da parte da AGDA.

17. Na data atual tem-se a recuperação praticamente já total da ETAR de Bombel, sendo que os parâmetros que estão a ser emitidos para a linha de água já cumprem quase todos os indicadores, sendo que ainda aguardam alguns que não receberam, porque, como disse, as análises levam sempre algum tempo, mas grosso modo, nos principais parâmetros, a ETAR está em cumprimento e isso é, o ponto de vista do Executivo, o mais importante que, tomadas as decisões, não havendo nenhuma infração no momento registada e estão a monitorizar diariamente o coletor de esgoto da empresa, a ETAR voltou e, permitam-lhe dizê-lo assim, porque é simbólico, voltou a ter patos, coisa que não se via há bastante tempo na ETAR e que é sinal de biodiversidade e sinal de vida, sinal que ela recuperou e agora cumpre-lhes manter a situação e ir monitorizando permanentemente aquilo que vai acontecendo nas empresas do Parque Industrial e que, de alguma forma, recebem nos esgotos municipais para garantir que não volte a acontecer o mesmo.
18. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Começa por saudar na sua pessoa todos os Membros da Assembleia Municipal, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara Municipal, todos os Membros da Câmara Municipal, o público presente e também quem os acompanha em casa, através da Rádio Granada.
19. Começa também por saudar o facto de, no presente dia e, pela primeira vez, no seguimento de uma Moção proposta pelo PSD na última Assembleia Municipal, a presente sessão estar a ser transmitida em direto, aumentando aquilo que deve ser a transparência e o escrutínio que os eleitores devem fazer em relação ao trabalho que prestam na Assembleia Municipal, a forma como votam, a forma como intervêm, a forma como defendem as suas posições e, sobretudo, o papel de fiscalizadores da atividade da Câmara Municipal.
20. Têm, no entanto, e dirigindo-se à Presidente da Assembleia Municipal, dificuldades em compreender a convocatória da Assembleia Municipal, nomeadamente, no que diz respeito ao critério que assumiu para convocar a presente Assembleia Municipal em regime presencial, quando há duas semanas, convocou uma Assembleia Municipal à distância.
21. Se o critério para realizar uma Assembleia Municipal à distância for a pandemia que se vive, crê que no presente dia, não se está em condições melhores do que as que tinham há duas semanas. Não querendo com isso dizer que discordam da forma como está a decorrer a Assembleia Municipal, mas têm dificuldade em entender o critério e já o explica melhor porquê.
22. Cumulativamente com o facto do primeiro ponto da Assembleia Municipal ter sido uma eleição direta, em que não era possível substituir Deputados Municipais eleitos e sabendo que, no caso da Bancada do PSD, o Deputado Custódio Vale de Gato, por questões de facto de risco de saúde, não poderia estar presente numa sessão com as presentes características, não lhe é recomendado do ponto de vista de saúde, obviamente, que o PSD teve de tomar uma decisão.
23. Ou participava na votação ou, participava no debate, optando por participar no debate, mas têm a lamentar a forma como a convocatória foi feita e que julgam que é *sui generis*, pois não sabem se existe outra no país que tenha acontecido em regime eleitoral e seguidamente pontos para discussão.
24. Dito isso e, indo para o tema que se está a iniciar em termos de debate, começa por referir que, após muita insistência da Assembleia Municipal, quer da CDU, quer do PSD, esta é a primeira vez em mais de dezasseis meses em que o tema ambiental é inscrito numa ordem de trabalhos numa Assembleia Municipal. Até há muito pouco tempo, faça-se justiça, as informações que eram prestadas era porque haviam perguntas dos Membros da Assembleia Municipal, ou porque havia requerimentos feitos por escrito para que houvesse prestação de contas sobre a forma como o processo estaria a ser gerido.
25. O tema foi abordado exaustivamente, como diz o Senhor Presidente, na última Assembleia Municipal, no dia 28 de setembro e também não tinham expectativa que tivesse havido uma grande evolução.
26. Também e dirigindo-se à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, estranham que essa Assembleia Municipal ainda não seja pública, porque se comprometeu que ela fosse publicada no site da Câmara Municipal e até à presente tarde ainda não estava lá, para que quem os elegeu, saiba a

prestação de contas que foi feita pela Câmara Municipal nessa mesma Assembleia Municipal, referindo que o escrutínio foi bastante intenso.

27. Refere que, passadas duas semanas sobre o debate que tiveram sobre o tema e da exposição que acabaram de ouvir do Senhor Presidente da Câmara Municipal, reitera a disponibilidade da Bancada do PSD na medida das suas possibilidades e responsabilidades, para ajudar na resolução do problema, mas, também colocar algumas questões.
28. Primeiro, o ponto de situação do processo judicial que acabou de referir que está no momento a decorrer, questionando quais são as expectativas em termos de prazos e de que forma está a ser feita essa monitorização do coletor da Extraoils.
29. Questiona também se é verdade ou não que a unidade industrial não está a emitir efluentes industriais, sendo uma notícia que veio a público pela comunicação social recentemente.
30. Atendendo a exemplos e situações idênticas, como é o caso da empresa Fabrióleo em Torres Novas, caso a deliberação do tribunal seja no sentido de manter o coletor aberto, como foi a resposta à providência cautelar, questiona que medidas está a Câmara Municipal a preparar e se equaciona negociar com a Extraoils, sentando-se à mesa para chegar a uma plataforma de entendimento que permita solucionar a questão de uma forma positiva, para os dois lados, obviamente do nosso lado, salvaguardando o interesse de Vendas Novas e dos seus municípios.
31. Por fim, algo que souberam no decurso do processo que é o facto de existirem outras unidades industriais, que não a Extraoils, a emitir efluentes fora dos parâmetros regulamentares.
32. O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que estaria a ser feita uma auditoria generalizada ao Parque Industrial para identificar quais as unidades industriais que estariam nessas circunstâncias. Questionam quais são, se todas já foram monitorizadas e qual o ponto de situação em termos de notificações e procedimentos para resolver o problema.
33. **A Presidente da Assembleia Municipal** refere que apesar de não fazer parte do ponto, pode esclarecer.
34. A realização da presente Assembleia Municipal é possível, de acordo com a DGAL, sendo que foi feita nos presentes moldes por terem mais duas votações e se fosse feita por videoconferência, tinham que referir quem se candidata para as votações, tinham que vir votar, depois tinham de voltar outra vez para se dar as votações e ler a minuta da ata. Acha que, na presente situação, não tem nada a ver com coerência ou não. Sabem todos que se está em pandemia, todos sabemos os riscos, mas têm de se adaptar às situações e a presente situação foi a melhor que acharam que deveria ser para todos, pelo menos com menos transtorno para todos.
35. O **Membro José Leitão** saúda todos os presentes. Como é sabido, a realização da presente Assembleia Municipal de carácter extraordinário foi uma recomendação realizada na última Assembleia Municipal pela CDU, porque consideram que estão perante uma situação no Concelho, de grande gravidade e que merece ser esclarecida para todos os Vendasnovenses, porque infelizmente a informação que tem saído da Câmara Municipal sobre toda a presente matéria tem sido parca e, muitas vezes, passados vários meses é que se consegue obter essa informação.
36. Não querendo tomar muito tempo, porque na última Assembleia Municipal, a Bancada da CDU apresentou uma recomendação onde elencaram uma série de questões. No entanto, têm oito questões que querem colocar.
37. Questiona se as análises ao efluente industrial da Extraoils são recolhidas numa caixa de visita de esgotos que é comum a mais empresas ou não.
38. Realizou a Câmara Municipal, a mais empresas instaladas no Parque Industrial, análises e com que periodicidade.

39. Tem a Câmara Municipal conhecimento dos resultados das análises quinzenais realizadas pela empresa Extraoils e se sim, essas análises são coincidentes com as análises que são realizadas pela Câmara Municipal.
40. É sabido que na reunião de 5 de fevereiro de 2020, foi acordada a realização de uma auditoria ao processo interno de funcionamento da empresa. Estando em outubro, só recentemente é que souberam o que se encontrou na empresa e, o que gostavam de saber e sendo evidente que o que gostavam é em termos materiais, com documentos, fotocópias que comprovassem todas as diligências realizadas pelo Município entre fevereiro e agosto/setembro, levadas a cabo para realizar a auditoria, visto que, quem a vai pagar é a empresa e a Câmara Municipal só ficou com a responsabilidade e, de acordo com a reunião com AGDA e a Extraoils, de encontrar alguém que fizesse essa auditoria. Foi referido que houve grandes dificuldades em encontrar e o que questionam são quais foram as diligências que fizeram para se conseguir perceber as dificuldades.
41. Questiona porque é que aquando da audiência prévia à empresa, isso antes do encerramento do coletor, não foram fornecidos, por parte do Presidente da Câmara Municipal, todos os documentos à dita empresa. No parágrafo onze, vinte e vinte e um do Parecer Jurídico de 31 de agosto, o próprio Jurista da Câmara Municipal reconhece que não foram entregues e o que questiona é porque isso aconteceu.
42. Questiona o porquê de haver um Parecer Jurídico de 1 de julho do mesmo Jurista, n.º 28 de 2020, que foi entregue na Câmara Municipal e ninguém teve conhecimento do mesmo, estando essa nota também, no Parecer n.º 30, referido anteriormente. Interroga porque é que se andou a “esconder” documentos e não é ele que o diz, nem é a CDU que o diz, está nos Pareceres Jurídicos da Câmara Municipal, sendo uma questão de os ver e está no texto da providência cautelar, sendo uma questão de se ler o documento.
43. Pergunta se a AGDA já solicitou responsabilidades à Câmara Municipal pela degradação da ETAR e que tipo de responsabilidades.
44. Por fim, uma última questão, apesar do Membro Ricardo Videira já a ter colocado anteriormente, para quando pensa a Câmara Municipal ter a solução desse problema, porque o problema não diz única e exclusivamente respeito à Extraoils, diz também respeito à localização de empresas no Concelho, porque a imagem que hoje é transmitida para o exterior de Vendas Novas não é uma imagem que seja aliciante para a instalação de empresários no Concelho de Vendas Novas.
45. O Presidente da Câmara Municipal agradece a palavra. Agradece ao Membro Ricardo Videira e ao Membro José Leitão as intervenções e as questões que colocaram e, de forma o mais organizada possível, vai tentando responder uma a uma, aquelas que foram colocadas.
46. Em primeiro lugar refere que, agradecem a disponibilidade do PSD para ajudar na resolução do problema, mas como fez questão de dizer e responde também já à última questão da Bancada da CDU, a situação, para já, está resolvida. Tal como disse na sua intervenção inicial, no presente momento não há nenhuma descarga anómala no Concelho de Vendas Novas e tudo o que está a entrar na ETAR há cerca de sensivelmente um mês, cumpre os requisitos do que tem de ser entregue, o que levou à recuperação das três lagoas da ETAR e, praticamente, não está ainda a cem por cento, praticamente a recuperação integral da ETAR de Bombel, sendo que a situação está na normalidade expectável, cumprindo-se com os regulamentos que estão em vigor.
47. O que referiu também, é que daqui para a frente a monitorização por parte da Câmara Municipal será constante, respondendo a mais duas questões que foram colocadas, aquela que lhe parece óbvia “casa arrombada, trancas na porta.”
48. Aquelas que são as diligências da Câmara Municipal são todas aquelas que forem as necessárias para garantir o cumprimento dos regulamentos em vigor do Município, nomeadamente, no que diz respeito à emissão de efluentes para os coletores municipais.

49. No que diz respeito aos prazos do processo em tribunal, não é no momento expectável prever um prazo, ou seja, não tem uma previsão que possam dizer que é no espaço de uma semana, duas, não fazendo ideia, sendo que, tratando-se de uma providência cautelar, normalmente, os prazos não são muito morosos, sendo essa também a expectativa do Executivo, porque, de alguma forma, com a defesa que prepararam e a oposição que fizeram que não sofreu por parte da empresa nenhuma oposição, não havendo nada a contrariar a oposição da Câmara Municipal, de alguma forma, nem a declaração de interesse público porque poderia ter acontecido num prazo de cinco dias após ter dado entrada em tribunal e não houve oposição por parte da empresa, sendo a expectativa do Executivo e com encadeamento e os elementos de prova que recolheram durante meses, o que justificou o tempo que levou, se muniram da informação necessária para que em tribunal possa correr bem.
50. No entanto, faz uma salvaguarda, porque tal como o Membro Ricardo Videira disse, tem-se outras situações no país em que chegando a tribunal, houve decisões profundamente incompreensíveis e, obviamente, que os tribunais são soberanos na matéria de decisão, por muito que os argumentos sejam fortes e os elementos de prova também válidos.
51. No que diz respeito aos efluentes industriais, no presente momento, a Extraoils não está a emitir. Fruto da decisão que tomaram dia 2, trancaram o coletor, enquanto teve fechado não houve emissões. Fruto da providência cautelar, reabriram o coletor e monitorizaram de imediato as descargas e verificaram que não havia de facto descargas, havendo ainda nos primeiros dias, mas depois, deixou de haver, de facto, descargas, emissões de efluentes para o esgoto municipal, tendo a empresa segundo o que sabem, adotado a sistematização de transporte dos resíduos para outro local.
52. No que toca à monitorização é basicamente isso, fazem as análises compostas de 24 horas, sendo igual às outras empresas, respondendo ao Membro José Leitão, fazem dois tipos de monitorização, a de recolha e envio para o laboratório, quando há a suspeita e a recolha imediata no momento e mais rápida e, a segunda que faz uma monitorização permanente durante 24 horas aos sistemas, durante vários dias seguidos e quando o fizeram, fizeram-no em contínuo, pelos menos durante uma semana e, no caso desta empresa especificamente durante mais tempo, como é óbvio.
53. Usam um método de recolha certificado que é a recolha de análises compostas a 24 horas nos coletores de esgotos e respondendo à questão, a empresa não estando a emitir, não é possível fazer essa análise porque não há nada a recolher, estando no momento a monitorizar águas pluviais onde detetaram recentemente uma descarga com alta temperatura e com uma cor anómala, passando à análise do coletor de esgoto onde não saiu nada para as águas pluviais que estão no presente a ser monitorizadas, recolhendo também com o primeiro método de amostra de recolha imediata para envio para o laboratório naquele momento e aguardam os resultados, estando a fazer análises compostas também de 24 horas às águas que correm nas pluviais.
54. Referindo-se ao Membro Ricardo Videira para lhe permitir a disponibilidade para negociar com a Extraoils, refere que não percebe muito e não entrando em debate político, porque não lhe compete fazê-lo na presente Assembleia Municipal, mas foi amplamente atacado por ambos os partidos, CDU e PSD, por ter perdido muito tempo em negociações com a empresa até, chegarem a um ponto de incumprimento, dia 31 de janeiro, descoberto *à posteriori*, de incumprimento, em que perceberam que não podiam negociar com a empresa.
55. Pensa que é a bem do interesse público e a bem daquilo que é a defesa dos interesses dos Vendasnovenses por mais do que uma vez “ludibriados”, permitam-lhe a expressão, com boas fés de terceiros, achando que, até haver uma decisão em tribunal, não há margem negocial possível, até porque, já no passado, tiveram essa boa fé, perderam tempo como foi presentemente referido com essa boa fé e acabaram por ver goradas as expectativas do cumprimento por parte da empresa que os levaram a “rasgar” o acordo firmado, como dizia há pouco o Membro José Leitão, pensando que já não estava na Assembleia Municipal quando respondeu às duas questões feitas presentemente em relação ao parecer e em relação à auditoria, referindo que não deram consequência ao acordo que fizeram no momento em que descobriram que ele tinha sido incumprido em alguns dos pontos pela empresa que eram consequência direta para não haver acordo, estando taxativamente expresso nesse acordo com a empresa Extraoils e com a AGDA, que não poderia haver incumprimento nas descargas e vieram a

descobrir *à posteriori* que houve. Tendo havido, acabou o acordo. Não havendo acordo, recolhem análises e vão para tribunal e avançaram para o encerramento do coletor, respondendo à questão colocada pela CDU.

56. No que diz respeito a outras unidades também já o firmou e sublinhou na Assembleia Municipal que houve duas unidades onde foram detetadas descargas e as duas resolveram o problema, as duas, de imediato, resolveram a situação e das duas empresas que fez questão de dizer quais são aqui na Assembleia Municipal, não há, no momento, registo de nenhuma descarga para os esgotos municipais, não havendo problemas nessas empresas que o resolveram de imediato, sendo empresas que estão no Parque Industrial há vinte anos e que conhecem muito bem, conhecem muito bem os empresários e que tiveram uma postura pronta de resolução do problema com soluções técnicas obviamente aconselhadas pelo Município e que garantiram que nada saía da empresa para o esgoto que depois iria parar a Bombel.
57. No que diz respeito às análises a outras empresas com que periodicidade, questionou o Membro José Leitão, fizeram quando detetaram o ano passado ainda quando perceberam e, tentaram chegar a acordo com a empresa, perceberam que ali haveria problema, mas mais tarde vieram a fazer a mais empresas, como não poderia deixar de ser, tendo já explicado isso na última Assembleia Municipal, mas vai perder mais um minuto porque vale a pena. Alargaram o “leque” a mais empresas do sector químico que têm no Parque Industrial, nomeadamente há mais duas e, “atacaram” com análises compostas de 24 horas a essas duas, sendo aí que detetaram alguns incumprimentos não com parâmetros tão elevados, mas também havendo incumprimentos, agem da mesma forma, notificando a empresa num prazo e disponibilizando apoio técnico para resolução do problema, tal como fizeram na primeira hora com a empresa Extraoils.
58. Como referiu, da parte dessas duas empresas houve uma postura diferente e houve, de facto, a procura da resolução do problema que no mês de agosto, sensivelmente, estava resolvido e deixou de haver, da parte dessas duas empresas, o que quer que seja de emissões que pudessem por em causa a ETAR.
59. Em relação às análises da Extraoils refere que as conhecem, tendo sido enviadas sucessivamente e se são coincidentes com as da Câmara Municipal, respondendo que em alguns dias são, noutros são profundamente antagónicas, não sendo ele que controla a produção, não é ele que sabe quando é que fazem as colheitas do lado de lá, podendo eles fazer as colheitas que bem entenderem que a Câmara Municipal não sabe quando é que eles estão a fazer as colheitas, em que momento é que estão a fazer as mesmas, se estão tratadas ou não estão tratadas, sendo que aquilo que apresentam como resultado final da análise que é certificada foi recolhida onde, sendo fácil perceber que eles controlam a produção e o controlo da produção entregam as análises que entendem daquilo que estão a produzir e do que estão a emitir.
60. Quanto à auditoria, as diligências não foram levadas a cabo de fevereiro para a frente por esse motivo, tendo o acordo sido rasgado por eles porque incumpriram e quando o reconheceram “arrumaram” com o assunto, a Câmara Municipal e a AGDA, colocando de parte o acordo porque o princípio essencial era eles não voltaram a incumprir, para se trabalhar nas soluções mais profundas, com a auditoria, com o acompanhamento da AGDA, como está no acordo que é do conhecimento da Assembleia Municipal.
61. A audiência prévia, depois da decisão preliminar da Câmara Municipal, que aconteceu a 22 de maio, há um parecer jurídico e já o justificou na última Assembleia Municipal do qual não foi dada consequência, não escondem nada, o documento deu entrada na Câmara Municipal, foi registado, até foi encaminhado para o serviço jurídico por si. No entanto, não houve consequência, com uma noção precisa que não tinham na altura, mas que ainda bem que não o fizeram, pois não sabem quanto tempo leva uma auditoria a fazer e se tivessem dado consequência àquele parecer, o consultor jurídico da Câmara não poderia fazer um parecer contraditório ao seu primeiro e, portanto, acharam que era, de alguma forma, sensato esperar para dar consequência a esse parecer, esperar para saber quanto tempo leva para fazer uma auditoria, porque aquilo que dizia o parecer, se o leu, é que tinham de fazer a auditoria e só depois é que havia encerramento do coletor, depois de cumprir ou não cumprir e a Câmara Municipal não podia, com a suspeita que havia, com a gravidade do problema, manter durante

seis meses, que decorre uma auditoria, mais as recolhas preliminares, não poderiam manter isso durante seis meses e isso ia inibir o consultor jurídico de fazer um parecer contra o seu próprio parecer.

62. Ia anular juridicamente a validade dos pareceres e entenderam e, ainda bem, não o sabendo na altura, mas ainda bem que não deram andamento imediato a esse parecer e que permitiu fazer aquilo que foi permitido depois à Câmara Municipal a dia 2 de setembro, com a decisão definitiva que contaria como se pode perceber, comparando os dois, aquela que é a análise jurídica feita no primeiro.
63. Perceberam que a auditoria iria levar muito tempo, sendo que a auditoria está no terreno no presente momento, já houve trabalho, já houve trabalho desenvolvido pela empresa contratada para fazer a auditoria com os dois especialistas do Instituto Superior Técnico como anunciou na última Assembleia Municipal e que têm sido acompanhados pelos técnicos da Câmara Municipal para garantir aquilo que se pretende, que a auditoria está a ir de facto onde tem de ir, de acordo com o que foi contratado com o caderno de encargos que fizeram para que essa empresa possa trabalhar. Têm acompanhado também as visitas que foram feitas e as reuniões de análise *in loco* com a empresa.
64. Sobre a AGDA e as consequências à Câmara Municipal não foram apresentadas, a AGDA tem tido uma postura no processo de parceira e de interessada na resolução. A AGDA é uma empresa de capitais públicos, é uma empresa que serve vinte municípios numa parceria entre a Associação de Municípios e também o Estado Português através da ADP, sendo que a AGDA não fez, nem tomou nenhuma medida contra a Câmara Municipal com a consciência perfeita que, a Câmara Municipal recebia um problema, não o criava.
65. Afirma que não houve nenhuma ação contra a Câmara Municipal por parte da AGDA, houve sim um acompanhamento e aí o frisa até ao nível técnico porque têm mais conhecimentos técnicos do que a Câmara Municipal, havendo um acompanhamento e um apoio permanente da parte da AGDA à Câmara Municipal, nunca chegando sequer a um ponto de penalização à Câmara Municipal porque há consciência precisa de que o erário público é o mesmo e que o problema não tem origem em nenhuma fonte nem Municipal, nem da AGDA, sendo um agente terceiro que está a promover a poluição que é depois entregue pelo Município em Bombel e podê-lo-iam ter feito, legalmente podê-lo-iam ter feito, não o fizeram e ainda bem.
66. Pensa que terminou aquelas que foram as perguntas que lhe foram solicitadas, continuando disponível embora, como disse, foram duas horas e qualquer coisa na última Assembleia Municipal e a informação que acabou de dar já a tinha dado, referindo-se ao Membro José Leitão, mas não tem problema nenhum, continuará disponível.
67. O **Membro José Leitão** refere que muito sucintamente, havendo coisas que ficou com alguma dificuldade em compreender. O Senhor Presidente da Câmara Municipal diz como a empresa não cumpriu, romperam o acordo que tinham estabelecido em 5 de fevereiro. Depois a seguir diz que a auditoria está no terreno, ficando sem perceber, porque se romperam o acordo estão a fazer a auditoria, agora a propósito do quê, questiona.
68. Menciona que lhe parece muito intempestiva a questão da ETAR já estar toda bem, perante um estado de gravidade que a ETAR tinha e, de repente e em pouco mais de um mês, passou de péssima, não dizendo para ótima, mas para uma situação boa, tendo algumas dúvidas desse tipo de interpretação.
69. Refere também que a questão dos acompanhamentos constantes, são sempre coisas interessantes enquanto não se esquece e o que questiona é se a Câmara Municipal pressupõe ter algum calendário para fazer análises periódicas no Parque Industrial, em pontos que acha que deve fazer, sobre os resíduos que são colocados na rede de esgotos municipais, se pensa em o fazer mensalmente, semestralmente, se existe algum plano nesse aspeto, não estando a dizer que é nas situações agudas, sendo que nas situações agudas já sabem que nessa altura deverá e, tem por obrigação de o fazer. Se realmente houver esse plano, solicitam que a Assembleia Municipal seja informada dos resultados de dessas análises para também terem algum conhecimento sobre a matéria.

70. Em relação à audiência prévia, referindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, como leu e certamente deve ter lido na contestação à providência cautelar por parte da empresa Extraoils, eles disseram que não tiveram acesso aos documentos. O próprio jurista da Câmara Municipal vem a confirmar essa falta de entrega de documentos, o que refere que não é eticamente correto estar a proporcionar a alguém uma audiência prévia e não lhe dar a informação toda a que as pessoas têm direito, porque se deve pressupor sempre do princípio da inocência até prova em contrário.
71. Não querendo tomar muito mais tempo, mas há algumas coisas das quais são sabidas as divergências da Bancada da CDU, sobre o comportamento que a Câmara Municipal teve em todo esse processo. Em mais de um ano e meio em que a Câmara Municipal deixa andar essa situação e quando podia ter tomado medidas e deveria ter tomado medidas antecipadamente.
72. Refere que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não lhe respondeu e gostaria de lhe colocar. As análises e, isso vem na contestação por parte da empresa que é “as análises ao efluente industrial Extraoils são recolhidas numa caixa de visita de esgotos comum a mais empresas,” questiona se sim ou não.
73. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Refere que a dinâmica da presente Assembleia Municipal é completamente diferente do habitual, a disposição das mesas, as interrupções, tiram uma certa dinâmica que espera que consigam dar, na medida em que o debate for evoluindo.
74. Referindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, indo primeiro às respostas que ofereceu às questões colocadas pela Bancada do PSD, certamente que antes de dar entrada da resolução fundamentada, foram traçados cenários e foram feitas situações análogas, decisões parecidas em situações parecidas e, certamente, também traçaram um cenário para na eventualidade de vir uma deliberação a favor da Câmara Municipal ou uma deliberação a favor da unidade industrial e é nesse cenário que é feita a pergunta. O Senhor Presidente da Câmara Municipal não quis responder, mas, o cenário é: há dois tipos de decisões: uma decisão a favor da Câmara Municipal e uma decisão contra a Câmara Municipal.
75. Se houver uma decisão contra a Câmara Municipal e a favor da unidade industrial, o Senhor Presidente da Câmara Municipal está ou não disponível para negociar, é essa a questão que lhe estão a colocar e pressupõe daquilo que acabou por dizer, que não está a haver negociação nenhuma, obviamente, no presente momento.
76. Na questão do *timing* da ação, não tenham dúvidas que a Bancada do PSD reitera todas as críticas que lhe fizeram presentemente, olhos nos olhos, há duas semanas atrás. Desde a demora na abordagem ao tema e obviamente, também, na forma como não realizou a auditoria no *timing* que tinha sido acordado com a empresa Extraoils.
77. Independentemente disso, refere que pode contar com a disponibilidade da Bancada do PSD para ajudar a resolver o problema, porque o interesse da Bancada do PSD é o interesse do Município.
78. Realça uma pergunta também não respondida. Todas as empresas do Parque Industrial foram monitorizadas, sim ou não, questiona.
79. Sobre a recuperação da ETAR, o Senhor Presidente da Câmara Municipal costuma dizer que é preciso ter muito cuidado com aquilo que se diz ao PSD e refere que não é só ao PSD, é o que se diz à Assembleia Municipal e com o que se diz aos cidadãos.
80. Faz uma citação da ata da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2020 em que o Senhor Presidente da Câmara Municipal diz no ponto 211 “informa que desde a última Assembleia Municipal até à presente, o problema ficou resolvido, ou seja, a empresa Extraoils corrigiu aquelas que eram as não conformidades identificadas que estavam a criar o problema. Fizeram a parte deles e a AGDA iniciou o processo de recuperação das lagoas e no dia 15 de janeiro deu como concluído o processo em duas lagoas. Duas lagoas recuperadas a cem por cento e a terceira em fase de recuperação e, de facto,

desde 15 de janeiro que não há cheiros, um mês e meio sensivelmente com o problema dado como inexistente e que assim continue no futuro.”

81. Menciona que há todo um arrazoado de argumentação a seguir em termos de boas fés por parte da Câmara Municipal e da empresa envolvida e obviamente do cumprimento de compromissos que depois vieram a confirmar que à partida, não terão sido cumpridos.
82. Como o Senhor Presidente da Câmara Municipal dizia e bem, é preciso ter muito cuidado com a forma como se gere esse processo e sobretudo com as informações que se dá, porque a expectativa que lhes foi criada há menos de um ano, foi de que o problema já estaria resolvido e a verdade é que ainda estão presentemente em outubro a debatê-lo.
83. Num plano um pouco mais estratégico e, pensando no futuro, relembrando que até há pouco tempo a Câmara Municipal nem sabia que tinha indústrias a emitir efluentes fora dos parâmetros legais no Parque Industrial, aquilo que gostavam de voltar a perguntar e que não foi respondido, pelo menos de forma clara na última Assembleia Municipal. Qual é o plano estratégico que fundamenta a execução da já anunciada ETAR industrial. Se, de alguma forma, esses custos com o investimento do equipamento e a respetiva manutenção serão assegurados pelo o erário público e, conseqüentemente, sairão dos bolsos dos Vendasnovenses.
84. Em termos de questão também, que se coloca numa situação como a presente é se não estará o Município e a AGDA a substituir-se aos responsáveis pelas emissões dos poluentes arcando, no presente caso, o erário público, mais uma vez, com os custos desse investimento.
85. Se o Senhor Presidente diz que o ecossistema está regularizado, não existem efluentes no momento fora dos parâmetros regulamentares e se a ETAR de Vendas Novas está em funcionamento, então para que é que o Senhor Presidente quer construir uma ETAR industrial.
86. **O Senhor Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Agradece novamente as intervenções do Membro José Leitão e do Membro Ricardo Videira.
87. Em resposta ao Membro José Leitão, as análises do Parque Industrial estão a ser feitas tal como anunciaram a todas as empresas do Parque Industrial, anunciaram isso e estão a fazer esse trabalho com recolhas em todos os coletores de esgotos de todas as empresas do Parque Industrial.
88. No momento estão a fazer a recolha, um mês e meio, o prazo normal para receção das análises efetuadas quando é possível, havendo empresas que pela sua própria tipologia não têm efluentes, sendo fácil de perceber isso. Há empresas que não produzem, têm poucos trabalhadores em que têm uma casa de banho no máximo onde vai uma ou duas pessoas e que não produzem na sua indústria, não produzem no seu processo de trabalho qualquer efluente. Dessas não têm dados porque não há maneira de os recolher, mas a todas aquelas que têm, está a ser feito, sendo que a periodicidade vai sendo obviamente gradual, à medida que tiveram um problema da presente dimensão.
89. Sim, a Câmara Municipal pensa daqui para a frente acompanhar de outra forma essa situação, de uma forma de que, até haver problema, não faziam sequer em tantos anos de Parque Industrial nunca tinham tido um problema dessa dimensão, havendo alguns pontuais até mesmo antes do presente Executivo estar na Câmara Municipal, estão registados, mas nunca numa na presente dimensão e, sim, vão fazê-lo de forma periódica com a monitorização dos serviços da Câmara Municipal às caixas de esgoto de cada empresa.
90. Dando resposta a outra questão. A construção das redes do Parque Industrial foi feita usando parâmetros de segurança, de acordo com aquilo que determina as especificações técnicas, cada empresa tem, à saída do seu esgoto, uma caixa de visita própria e exclusiva, ou seja, há uma garantia que naquela caixa saem os esgotos dali.
91. Aquela empresa tem dentro do seu terreno um coletor abandonado que não leva a lado nenhum, nem a nenhuma fábrica existente, que é o argumento que eles usam até na sua providência cautelar, eles usam

esse argumento e aquilo que lá encontraram dentro da caixa é muito semelhante àquilo que a própria empresa está a mandar, o ramal está dentro da própria empresa, liga ao da fábrica, mas não vem nada de lado nenhum, porque não há nada antes de entrar naquela unidade. Um coletor abandonado, fruto da antiga fábrica da cortiça que todos conhecem da parte detrás junto à linha do caminho-de-ferro que está em inatividade, que está inclusivamente devoluta como todos sabemos, não sendo possível alguma atividade industrial derramar o que quer que seja para aquele coletor, ele está morto, praticamente.

92. A caixa de visita é exclusiva daquela empresa, bem como as pluviais são exclusivas daquela empresa, havendo empresas que têm mais do que um ramal de esgoto dentro da sua unidade, porque está previsto um por lote, é assim que está construído o Parque Industrial, há uma caixa por lote, havendo empresas que têm mais do que um lote, tendo mais que uma caixa de visita, respondendo à questão em concreto.
93. Em relação ao acesso aos documentos, eles tiveram consequência com a decisão da Câmara Municipal no dia 2 de setembro, ou seja, se não houve seguimento daquele parecer que dizia para se dar os documentos, não houve para nada, não foi mesmo feito nada que pudesse ter sido revertido como queriam *a posteriori* porque não tinham a noção do prazo da auditoria.
94. Para esclarecer, os documentos foram entregues quando a Câmara Municipal decidiu com base no parecer jurídico final que fundamentou a decisão de suspensão da licença, nesse documento é entregue tudo, com o processo todo organizado e com as provas recolhidas e, é por isso, que não foi no momento, porque o parecer não teve consequência, porque decidiram não dar consequência ao primeiro parecer jurídico.
95. Dirigindo-se ao Membro José Leitão solicitando-lhe um favor, de não se estar presentemente a fazer da empresa o “bom da fita” no meio de tudo isto e a Câmara Municipal é que esteve de má fé, porque esse discurso, pede-lhe desculpa, não tem qualquer relação com a realidade.
96. Refere que a Câmara Municipal teve boa fé até sendo acusada pela oposição de ter perdido demasiado tempo para resolver isso a bem e a empresa não cumpriu, a Câmara Municipal tem uma atitude que muda e muda radicalmente, no seu relacionamento com o empresário, muda radicalmente como não pode deixar de ser, como tinha assumido na última Assembleia Municipal, a partir do momento em que detetam o incumprimento dos acordos sucessivos que foram feitos, a Câmara Municipal parte para uma ação de pré-contencioso, recolhendo provas, munindo-se, tomando decisões e cumprindo a lei, dando o direito de resposta.
97. Eles pediram como garantia a auditoria e, é por isso, que ela está a ser feita. Foi a exigência da empresa em resposta à decisão preliminar da Câmara Municipal de 22 de maio, à qual têm de dar cumprimento, porque é um direito que a lei lhes dá.
98. A Câmara Municipal toma a decisão a 2 de setembro de fechar, mas tem de cumprir a lei e eles exigiram a auditoria. Já foi uma exigência, não é um acordo, é uma exigência legal que decorre do direito do pronúncio da empresa, sendo que a Câmara Municipal lhe deu obviamente aquilo que o código do procedimento administrativo lhes dá como direito e estão a fazer a auditoria que eles pagarão. Como não pode deixar de ser, o erário público não tem de suportar situações.
99. Respondendo às questões colocadas pelo Membro Ricardo Videira e de forma muito rápida. Cenários traçados, traçaram vários. Traçaram-nos antes, seguiram uma estratégia, têm obviamente vários cenários traçados, mas permitam-lhe que não os vai transmitir à Assembleia Municipal, porque no momento há vários cenários em cima da mesa, que podem vir a ser equacionados de um ponto de vista estratégico que não vai, obviamente, colocar em público, havendo a estratégia Municipal e jurídica em cima da mesa, no presente e, não vai, com todo o respeito que tem aos Membros da Assembleia Municipal, colocar em cima da mesa questões de estratégia contra quem quer que seja, seja empresa, seja alguém individualmente, que possa colocar em causa a própria estratégia do Município, não o fará. Há cenários, há estratégias alternativas, caso o tribunal dê razão à Câmara Municipal de uma maneira, se não der, de outra maneira, mas isso é para já especulação e, não fará essa informação à Assembleia Municipal porque, no presente momento, não há decisão nenhuma da Câmara Municipal.

Há cenários e não cenaniza perante um Órgão tão importante como a Assembleia Municipal e não o deve fazer quando estão a preparar estratégias caso corra mal, vão ter de ser mais acutilantes contra uma entidade terceira.

100. Não o fará, pede compreensão da Assembleia Municipal perante a reserva que tem em vista a colocação do interesse público acima de tudo.
101. Quanto à questão sobre se as empresas foram monitorizadas todas, já o respondeu, achando que ainda não estão todas, acha que ainda não concluíram todo o processo, mas, já o iniciaram, estando com várias empresas já monitorizadas e a aguardar resultados, não estão ainda a cem por cento no Parque Industrial, mas está o processo em curso.
102. A questão da comunicação e das expectativas, de alguma forma permitam-lhe dizer isso com a seriedade que o tema merece a todos. De facto, a situação estava resolvida, a Câmara Municipal teve uma postura proactiva, dinâmica e aberta com a empresa e, hoje em dia, com a informação que se tem com o processo, a situação está resolvida, mas a postura do Executivo já não é a mesma que era em janeiro. Aquilo que diz é factualmente verdade e isso tem o cuidado de o fazer perante a Assembleia Municipal, factualmente a situação estava resolvida, as lagoas recuperadas, não havia cheiros e a empresa não estava a emitir nada porque estava a transportar os seus efluentes para outro lado.
103. No presente momento, factualmente, o que pode dizer é que a informação da AGDA aponta para um quase e, diz quase, não diz total, quase total cumprimento daquilo que a lei exige na ETAR de Bombel. Continua a não haver cheiros, as lagoas estão com um aspeto profundamente diferente, estão verdes em vez de vermelhas, há novamente biodiversidade nas lagoas e o que está a sair já não é vermelho é verde, embora em alguns indicadores não tenham ainda os resultados finais para se poder dizer que está a cem por cento. Sabem que o CKO e sulfato já cumpre, CBO não, não sabem ainda porque ainda não veio o resultado da análise laboratorial. É o que está a sair para a linha de água e, portanto, o que está a dizer é factual, não querendo criar expectativas, cada um tem a inteligência suficiente para, num âmbito de um contexto de um processo destes, perceber o que pode ou não a vir a acontecer em função daquilo que forem as reações de terceiros. O que está a dizer é único e exclusivamente factual e é isso que um Presidente de Câmara Municipal deve fazer perante uma Assembleia Municipal: factos e, os factos são documentados com dados científicos das entidades que têm responsabilidade na matéria, no caso a AGDA que gere a ETAR de Bombel, comprovado inclusive com fotografias do espaço.
104. Reafirma que não há nenhuma tentativa de criar expectativas acima da média, o Executivo tem um problema em resolução, fizeram e criaram um caminho que foi moroso, mas que os levou até aqui e têm planos e estratégia para daqui para a frente ser diferente.
105. Em relação à ETAR, já o respondeu também na última Assembleia Municipal, não vai perder muito mais tempo com isso. A ETAR visa ser um filtro cuidador, ou seja, aquilo que querem no Parque Industrial é dotá-lo de um órgão que não existe, mas que existe em muitos Parques Industriais que é uma garantia, uma garantia perante um acidente, porque isso feito com dolo ou sem dolo, os tribunais o dirão, o que aconteceu desta vez, leva o Executivo a outras situações como já aconteceu no passado, nomeadamente, com um simples derrame, o acidente foi rodoviário com um camião cisterna a derramar algum tipo de produto, por exemplo.
106. O que querem garantir é que caso aconteça alguma coisa no Parque Industrial, têm ali um órgão vital que garante que nada sai dali para outro lado, sendo que a estação de pré-tratamento de águas residuais e industriais que estão a prever criar no Parque Industrial é para dar uma salvaguarda de tratamento em caso de necessidade, tal como têm outros Parques Industriais, bem perto de Vendas Novas.
107. Acha que, de alguma forma, é a obrigação do Executivo garantir em primeiro que tudo que o Parque Industrial tem um equipamento que é uma mais-valia para as empresas que querem atrair para o Concelho, porque as empresas todas elas têm casas de banho, em última instância, produzem esgotos domésticos que estão a ir até Bombel, sem nenhum tratamento pelo caminho, em última instância serve para isso, sendo um fator de atratividade porque é mais um equipamento que se tem no Parque

Industrial, que não desobriga as empresas da criação dos seus próprios mecanismos, de acordo com o sistema de responsabilização industrial.

108. O SIR que é da responsabilidade do IAPMEI estabelece um conjunto de critérios que as empresas, em função da sua tipologia, têm de cumprir, não sendo isso nunca sequer colocado em causa, o que não é válido para empresas que já estão no Parque Industrial há muitos anos e que até trabalham no sector químico, porque na altura não era obrigatório.
109. Refere que estão a dotar o Parque Industrial de um meio de salvaguarda porque é importante.
110. A forma de o pagar, esclarece que estão no momento a decorrer as negociações com as empresas do Parque Industrial, não podendo dizer como é que vai ser pago. Sabe que o interesse é do Município de Vendas Novas, é dos Vendasnovenses. O que estão a fazer no Parque Industrial é uma salvaguarda para o interesse e desenvolvimento do Parque Industrial de Vendas Novas e para a salvaguarda do bem-estar dos Vendasnovenses e isso pode afirmar.
111. Reforça que a Câmara Municipal está disponível para adquirir um terreno que em Plano Pormenor do Parque Industrial está onde se prevê já a ETAR, onde está a elevatória. A Câmara Municipal, sim, está disponível para isso. Sim, os contribuintes de Vendas Novas devem, de alguma forma, potenciar o Parque Industrial com um investimento que salguarde o futuro e, é tão somente isso que o Executivo pretende, salguardar o futuro do Parque Industrial.
112. Esclarece que quem vai pagar a manutenção, quem vai pagar o investimento está, no momento, a ser negociado. Obviamente, o que vão tentar é que sejam as empresas a pagar esse investimento, porque é a elas que o investimento vai servir em primeira instância e só em segunda instância serve o Concelho de Vendas Novas.
113. Primeiro as empresas, eles terão de pagar alguma coisa, porque é a eles que vai servir, sobretudo aqueles que não o têm, porque há no Parque Industrial quem não tenha sequer, sendo esse um trabalho que não está desenvolvido que é até, de alguma forma e por ainda se estar no início do processo, estar a falar nele é estar a falar de suponhamos e, como o Membro Ricardo Videira bem sabe, suponhamos depois dão azo a que os suponhamos virem factos e não está a dar factos consumados, está a trabalhar para que seja criada essa solução porque entendem que ela faz falta no Parque Industrial de Vendas Novas.
114. O Membro José Leitão refere que não tomando muito tempo mas, para todos os efeitos, o último assunto que se esteve a abordar sobre a existência ou não de uma ETAR no Parque Industrial têm-lhes merecido alguma reflexão e as opiniões de pessoas da área são muito, muito críticas em relação a esse tipo de investimento. Ou seja, apontam mais para a instalação pelas próprias empresas, desses sistemas próprios para tratamento das suas águas residuais e não criar uma mega ETAR, em que depois a seguir a Câmara Municipal vai ter que assumir a responsabilidade e enquanto as coisas correrem bem, está tudo bem, quando as coisas começarem a correr mal, depois as coisas complicam-se e criam-se mal estares.
115. Essa tem sido a opinião de variadas pessoas com que falou, ligadas a essa área e todos eles se mostraram muito cétricos em relação a uma Câmara Municipal vir a assumir um encargo desses, que é um encargo muito pesado.
116. Não está a falar de um investimento, está a falar-se no funcionamento que esse é que é o problema. Porque o investimento, arranjam-se fundos comunitários e tudo bem. Depois o funcionamento das coisas, para funcionar como deve de ser, depois aí e passa a expressão é que “a porca torce o rabo”, porque depois são fortunas para se funcionar como deve de ser e, ao que parece, temos vários maus exemplos do que é que tem acontecido.
117. Em relação à Extraoils, referindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que a Bancada da CDU não tem má fé nenhuma e nem está a ser “advogado do diabo”, não é nada disso. O que tentam é perceber todo esse processo com a Extraoils, desde os compromissos assumidos entre a Extraoils e a

Câmara Municipal e a AGDA nas reuniões a 5 de fevereiro, até à rotura dessas negociações, até à reunião de 22 de maio, até depois ao processo da audição prévia em que a empresa se queixa da ausência de documentos, até à auditoria que já não se fazia e que afinal se está a fazer como uma exigência *à posteriori*, mas no entanto o parecer do jurista é anterior à data onde se diz que se deverá de fazer a auditoria, em que o Senhor Presidente da Câmara Municipal diz que foram obrigados a efetuar uma das condições para se fazer e que se tinha de fazer a auditoria, sendo posterior não é a informação que têm.

118. Acha e por isso solicita esclarecimento, de forma mais precisa, as questões que foram colocadas, nomeadamente as diligências que foram realizadas pelo Município a partir de 5 de fevereiro para, até à data em que consideram que houve a rotura para se poder fazer uma leitura sobre isso, além do mais, porque relembra-se que a Bancada da CDU na Câmara Municipal, por três vezes teve de fazer requerimentos para obter alguma informação sobre esse processo e, infelizmente, nunca chegou a obter essa informação atempadamente e como parece que é um hábito do atual executivo que é protelar a informação e não a prestar.
119. Na Assembleia Municipal também tem sido comum essa realidade, por isso, agradecem que em relação às questões colocadas e em relação à questão dos resultados das análises e da periodicidade das análises que passem a ser fornecidas também à Assembleia Municipal sobre qual é a situação do Parque Industrial e das descargas das águas residuais na rede de esgotos.
120. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Saúda todos os presentes. Refere que o que se veio presentemente discutir é algo que se tem vindo a discutir já há algum tempo e que não reconhece que tenha havido falta objetiva de informação por parte do Município.
121. Quem ouvir falar certas pessoas das intervenções que lhe precederam, quase parece querer indicar que é a primeira vez que se está a discutir esse assunto, simplesmente porque é a primeira vez que aparece como ponto isolado na Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal, mas tal não corresponde à verdade. Já se falou do assunto várias vezes e muita da informação que foi presentemente mencionada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi já informação que haviam obtido na última Assembleia Municipal há cerca de quinze dias.
122. Menciona que é, de facto, um problema que afeta a todos, não só diretamente a quem é afetado pelos maus cheiros na zona envolvente da ETAR, mas também a toda a cidade e a todo o resto do Concelho que vê, de certo modo, a imagem ambiental que têm positiva em termos genéricos, afetada por esse problema e por uma empresa que recorrentemente tem vindo a desrespeitar aquilo que é, de certo modo, a crença de que há uma boa fé por parte de quem está a gerir a empresa e, nesse ponto, refere que como Vendasnovense espera que quem esteja do lado da empresa esteja completamente em boa fé para não prejudicar a nossa cidade e o nosso Concelho.
123. O presente problema começa com uma empresa que veio para Vendas Novas, sintetizando, começa com a perceção que há uma poluição que afeta a capacidade da ETAR funcionar nas suas plenas capacidades e, a partir desse momento, é preciso que o Município consiga identificar a empresa que está a poluir.
124. Desde que muitas pessoas tentam identificar o problema como tendo um ano e tal, mas é preciso identificar o problema a partir do momento em que se conseguiu identificar que determinada empresa efetivamente estava a poluir.
125. Porque o problema da poluição da ETAR não é um problema que a partir do momento em que se façam análises às lagoas, se consiga imediatamente dizer que “vem deste sítio ou vem daquele sítio em concreto”.
126. A partir daí, o Município teve de desencadear algo que a CDU tem razão. A CDU quando fala em dar a presunção de inocência e dar os direitos de defesa de outras entidades, no presente caso, da empresa acusada, o Município não pode, pura e simplesmente, atropelar todos esses direitos por forma a conseguir imediatamente, por exemplo, fechar o coletor.

127. E aí a CDU veio e disse e bem que “era preciso dar direitos, era preciso cumprir aquilo que vem na legislação”, era preciso garantir que todos os passos que o Município dava, eram passos sobre “terra firme”, para que mais tarde não viessem acusar o Executivo e, esperam que nunca, pedir que lhes indemnizem por terem tomado ações e decisões que não estavam com qualquer tipo de sustentação legal.
128. Crê que na análise do problema têm duas posturas. Têm a postura séria, que acabou de reconhecer que a CDU no presente ponto teve uma postura séria e têm uma postura de aproveitamento de quem acha que muitas vezes, o pior que pode acontecer, politicamente, é que o problema seja resolvido, nesse e noutros assuntos.
129. Refere que a Bancada do PS não está de má fé, mas sim estão para resolver o problema e os passos que a Câmara Municipal tem dado, mesmo que impliquem abdicar de certos pareceres jurídicos para outros que resolvem ou procuram resolver mais instantaneamente e mais rapidamente a decisão, então que seja assim, que se tomem as decisões certas com a capacidade que elas se tornem o mais prolongadas possível.
130. Mas depois há quem venha pedir à Câmara Municipal que se sente à mesa, que procure um entendimento com a empresa e venha citar o Senhor Presidente da Câmara Municipal que em fevereiro disse que o problema estava resolvido, mas esquece-se que a empresa, pelos vistos, não é de boa fé, que a empresa dá uma palavra, que a empresa para de poluir e, no momento seguinte, esperando que o Município esteja desatento, volta a descarregar poluentes.
131. E agora questiona, como enquanto Município e enquanto cidadãos da Cidade e Concelho, podem acreditar na empresa, quando ela, já por uma vez e por várias vezes repetidamente ao longo de meses, lhes atraiçoa, atraiçoa a Cidade, o Concelho onde muitos dos concidadãos lá trabalham, como é que podem acreditar mais uma vez, sentar à mesa mais uma vez por uma empresa que já falhou repetidamente.
132. Pensa que, no presente ponto, não há como esperar que haja um surto de boa fé de um momento para o outro.
133. Refere que o que espera do Município é que mantenha serrado o controlo daquela empresa, todos os dias se for preciso, a toda a hora para que aquilo que aparentemente é a resolução que têm do problema, tendo em conta que a ETAR está a recuperar, que assim continue e que de um momento para o outro, não se tenha outra vez a empresa a poluir e a atraiçoar o Concelho e todos os cidadãos que nele vivem.
134. Dirigindo-se à Senhora Presidente da Assembleia Municipal e aos demais presentes, refere que por parte do Partido Socialista, procurarão sempre ajudar à resolução desse problema, evitando lançar pânico desnecessários, procurando informar quando têm toda a informação possível e que evite especulações e, acima de tudo, dando os passos necessários em “terra firme”, sustentados pela lei para que mais tarde ou mais cedo, não se venham a ser responsáveis por decisões que mais tarde venham a ver ilegais ou insustentadas ou que o Município não pudesse vir a tomar.
135. Dessa parte, a Bancada que representa reafirma mais uma vez que esse é um problema do Concelho, é um problema da Cidade, é um problema dos cidadãos e crê que não há capacidade para voltarem e continuar a acreditar em alguém que já se viu que não está presente para defender o Concelho e, portanto, acreditam que todos juntos, por boa fé, conseguirão chegar à solução ideal.
136. O **Membro João Perdigão** saúda todos os presentes, os ouvintes da Rádio Granada. Menciona que não estava previsto intervir no presente ponto, mas tem algumas questões e alguns comentários a fazer.
137. Na sequência da intervenção do Membro do PS, Valentino Cunha, refere que se há algum partido que está de boa fé e que até trouxe o assunto do ambiente para a “praça” foi o PSD e quanto a esse assunto estão conversados.

138. Relativamente ao facto de ter sido introduzido um ponto, que é um ponto de uma Assembleia Extraordinária como já foi dito pelo seu companheiro de Bancada, a única, não dirá no País, mas dirá no Distrito que está a funcionar no presente modo como ponto extraordinário sobre a questão do ambiente, foi a pedido do Executivo e inscrito na ordem de trabalhos.
139. Refere que também lhe custa estar constantemente a ouvir o Senhor Presidente da Câmara Municipal a dizer que constantemente esse assunto já foi abordado em outra Assembleia, pelo que questiona o porquê de ele estar presente, o porquê de estar numa Assembleia Extraordinária, quando no seu entender deveria ser um ponto único que era a eleição do Presidente para a CCDR.
140. Relativamente ainda a resolver o “trabalho de casa”, palavras do Membro do PS, Valentino Cunha, refere que o PS está para resolver os problemas, mas não se pode esquecer que o presente problema foi criado pelo PS, nomeadamente ao não fazer o “trabalho de casa” quando aceita integrar uma empresa deste tipo no Parque Industrial e, pelos vistos, não tendo estudado efetivamente o *modus operandi* desse tipo de indústria.
141. Menciona que, por outro lado, há ainda outra coisa que não percebeu, podendo ter sido num momento em que se ausentou alguns minutos. Inicialmente as ETAR’s estavam ou já estão em condições e na última intervenção ficou com a ideia que o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que “estão quase em condições.”
142. Questiona se estão ou não estão, se estão quase ou, se falta analisar um parâmetro que vai dizer que afinal estão a cem por cento.
143. Por último e, também já abordado pelo companheiro de Bancada Ricardo Videira, relativamente à questão da construção de uma ETARI no Parque Industrial.
144. Questiona quem é que vai pagar essa ETARI, quais vão ser os custos operacionais, sendo que já estão a lançar algumas questões para que o Senhor Presidente da Câmara Municipal faça o “trabalho de casa” bem feito, nomeadamente, que tipo de indústrias quer para Vendas Novas e quais são as expectativas de Vendas Novas daqui a dez anos.
145. Porque, recorda, quando se apresentou pela primeira vez como candidato a Presidente da Câmara Municipal em 2013, apresenta um programa a doze anos, estando a falar de três mandatos que é aquilo que é permitido por lei, três mandatos consecutivos e, por outro lado, quando apresenta o segundo programa eleitoral em 2017 refina esse programa. No entanto, em nenhum ponto, o programa do Presidente da Câmara Municipal, o programa do Partido Socialista diz o que é que pretende para o Parque Industrial porque a ETAR não consta lá, ou seja, pede desculpe pela expressão ou pelo menos a pergunta, está uma vez mais a navegar em função daquilo que são os problemas que vão surgindo.
146. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Refere que de manhã viu um post no Facebook de pessoas que reclamavam que as temperaturas à noite eram muito baixas e durante o dia subiam muito alto. A sensação que tem é que a presente noite é uma noite excecional porque está quente.
147. Indo para as questões que realmente importam. Mencionando o Senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo que a questão da estratégia é para a Bancada do PSD fundamental, até porque, o passado recente, os últimos sete anos e, particularmente, focando a questão ambiental, não lhes deixam confortáveis e particularmente nas falhas que aconteceram na condução do processo.
148. As questões estratégicas são realmente importantes e querem que elas sejam respondidas, mencionando que talvez o Senhor Presidente da Câmara Municipal não queira responder, mas o facto é que a opção de envolver os partidos, depois de tomar as decisões, não lhe consegue conferir a força e obviamente colher os contributos que, em tempo útil, poderia colher e, obviamente, pedindo o sigilo necessário para que isso aconteça.

149. Relativamente à ETAR industrial, dá-lhe a sensação que é a estratégia do “guarda chuva, guarda-chuva.” Está a chover, põe um guarda-chuva e depois põe o outro por cima, não vá o guarda-chuva que está por cima estragar-se, em vez de garantir que o primeiro guarda-chuva que está a ser utilizado está a cumprir é escusarmos de investir duas vezes.
150. No fundo, o que está a dizer é que é importante haver uma estratégia de rigor, de monotorização. O Parque Industrial esteve em “roda viva” anos a fio e agora, e a expressão que o Senhor Presidente da Câmara Municipal usa é “casa arrombada, trancas na porta,” mas não é trancas, é trancas, cadeados é tudo e mais alguma coisa.
151. Refere que é preciso refletir e é preciso definir um plano estratégico a pensar no futuro e, como o Senhor Presidente da Câmara Municipal reconhece e bem, mais do que investimento inicial com fundos comunitários, como é que esse investimento vai ser monitorizado e garantido ao longo do tempo, em termos de manutenção.
152. Voltando ao rigor e à estratégia, o Senhor Presidente da Câmara Municipal que não especula é o Senhor Presidente da Câmara Municipal que vem à presente Assembleia Municipal dizer que não sabe como é que vai financiar a ETAR, não sabe como a vai operar, mas já anunciou que a vai fazer.
153. Questionando qual é a estratégia, qual é o plano estratégico para o desenvolvimento de um Parque Industrial do qual ainda não se sabe como é que se vai pagar, não faz parte do programa, como o colega de Bancada referiu.
154. Menciona que os Vendasnovenses querem saber qual é a perspetiva de futuro do Parque Industrial de Vendas Novas, como é que a Câmara Municipal pretende financiá-lo, se é poluente, se não é poluente, se é tecnológico, se é ambiental. Há estratégias que se desenvolvem, há clusters que se pretendem atrair e isso pressupõe uma estratégia e é essa estratégia que a Bancada do PSD ainda não identificou.
155. Dirigindo-se ao Membro Valentino Cunha dizendo que as suas intervenções são particularmente incisivas e nem sempre perceptíveis para quem não vai acompanhando as Assembleias Municipais ao longo do tempo. Mas é importante que fique claro que não tem dúvidas nenhuma que todas as pessoas que se sentam na presente Assembleia Municipal e na Câmara Municipal defendem com toda a sua convicção o interesse público, de si, de mim e de qualquer outra pessoa, não tem a mais pequena dúvida.
156. Podem ter perspetivas diferentes para o fazer, mas não “lance areia para os seus olhos” nem para a dos eleitores. Fica-lhe muito mal esse tipo de observações.
157. Referindo-se ao Membro Valentino Cunha dizendo que a Bancada do PSD tem tentado fazer parte da solução e têm procurado influenciar na medida das suas possibilidades, para que o problema se resolva, mas há falhas. Se a empresa que se trouxe prevaricou, que seja penalizada, referindo que a Bancada do PSD acompanha todas as diligências da Câmara Municipal, desde que haja fundamentação técnica e legal, reitera, fundamentação técnica e legal para o fazer, para a Extraoils ou para qualquer outra empresa que prevarique. Todos com o mesmo tratamento, dentro da lei.
158. Refere que o problema se arrasta há um ano e a Bancada do PSD não está satisfeita com a informação que tem obtido. Toda a informação que receberam foi porque perguntaram, a Câmara Municipal nunca a ofereceu de forma voluntária, nem a Assembleia Municipal e, muitas vezes, aos Vereadores da oposição, os tais que o Senhor diz que fazem parte da solução e que se queixam, com razão porque a informação lhes foi omitida.
159. Menciona ainda que na última Assembleia Municipal, foi pedido por Membros da Bancada da CDU que se deixasse os Vereadores da CDU falar, questionando o Membro Valentino Cunha se foram autorizados. Não, responde, questionando o porquê.
160. Mencionando o Membro Valentino Cunha que as falhas e os pânicos desnecessários são lançados por quem joga “areia para cima dos olhos das pessoas”, mas vai referir onde é que esses problemas

aconteceram, referindo que a Bancada do PSD não tem memória curta e sistematizam a informação e, procurando fazer parte do problema, também não aceitam que os envolvam na parte do problema.

161. Refere que na comunicação, a Câmara Municipal não informou a população em tempo útil, escondeu o problema. Só chamou quando lhe interessava e a última vez que chamou foi porque se criou um Movimento de Cidadãos contra o mau cheiro, foi porque houve uma resposta do Ministro do Ambiente a um requerimento do PSD. Senão estavam calados, senão ainda no dia de hoje se tinha o problema.
162. Referindo que a Câmara Municipal não informou os Autarcas em tempo útil, dando um exemplo. Não houve pontos na Assembleia Municipal e, consequentemente, não havia documentação nenhuma na Assembleia Municipal para ser discutida, a que foi dada foi porque foi pedida, via requerimentos.
163. Se o Membro Valentino Cunha teve outra informação, a Bancada do PSD não teve, referindo que é a primeira vez que se tem um ponto sobre o problema ambiental que foi no dia de hoje, dezasseis meses depois do problema ter surgido.
164. Menciona que a Câmara Municipal omitiu parte dos problemas, sabia que a ETAR estava a descarregar efluentes fora dos parâmetros químicos e não informou a Bancada do PSD. Isso é factual, mencionando o Senhor Presidente da Câmara Municipal, se é estratégia não a compreende.
165. Refere que houve falta de envolvimento dos Partidos Políticos da oposição. A Câmara Municipal só os chamou depois de decidir. A Câmara Municipal decide uma decisão drástica no plano jurídico no dia 2 de setembro. Chama os partidos para informar no dia 4 e faz discursos bonitos no dia 7 de setembro, como se tivesse procurado o envolvimento de todos os Partidos Políticos de forma genuína, o que não é verdade. Não foi feito o envolvimento dos Partidos Políticos e a força que as posições políticas podiam ter, não as têm porque não houve essa vontade por parte da Câmara Municipal.
166. As informações surgem porque houve perguntas por parte do PSD ao Ministro do Ambiente, porque não ficou satisfeito com as perguntas que obteve em Vendas Novas. As respostas do Ministro do Ambiente e já são duas, foi aquilo que despoletou a solução mais precipitada da Câmara Municipal, que não sabe se está correta ou não, mas o facto é que a reação acontece depois da resposta do Ministro.
167. As fragilidades na condução do processo: a sustentação e a argumentação do Município poderiam ser mais robustas, esperando que não comprometa obviamente a posição do Município, que é a posição da Bancada do PSD.
168. Referindo-se ao Membro Valentino Cunha que questionaram no presente dia porque é que a auditoria que foi acordada em fevereiro, está a ser feita em outubro, ninguém percebe. O Senhor Presidente da Câmara Municipal já tentou explicar, mas ninguém percebe. Devia de ter sido feita em fevereiro, era a sustentação técnica para as decisões que tinham de ser tomadas subsequentemente.
169. Refere ainda a negligência na auscultação da população, sendo que em fevereiro havia descargas de efluentes industriais do Parque Industrial de Vendas Novas a correr diretamente para a Ribeira de Canha. Correu mais de três semanas, a Câmara Municipal tinha um e-mail com essa informação e não acompanhou o processo.
170. Durante três semanas, os esgotos da Extraoils e das outras unidades industriais não chegaram à ETAR. A ETAR recuperou.
171. Referindo-se ao Membro Valentino Cunha dizendo que os factos por vezes doem, o rigor dói, mas é preciso saber ouvir, também depois de se falar.
172. Refere que se iniciou um processo em maio que pressupunha uma auditoria e, de repente, mudou-se de estratégia. Aquela coisa de “trocar o pneu com o carro a andar.” Iniciou-se um processo de encerramento e depois trocou-se de estratégia, sendo que também tiveram dificuldade em perceber. São solidários com a estratégia atual, mas têm dificuldade em perceber. Mas o apressar de decisões,

depois de mais de um ano de marasmo deixa-os admirados. Querem a solução e querem fazer parte dela agora não “joguem areia para os olhos das pessoas.”

173. Menciona que a Câmara Municipal tem de ter uma preocupação com o seu território e tem de ser o primeiro provedor dos munícipes. Tem que os ouvir e tem de se preocupar com as consequências que eles, muitas vezes, não conseguem aferir no seu dia-a-dia pela sua falta de experiência técnica.
174. Com isso quer dizer que se houve descargas industriais nos Campos da Rainha, se houve descargas de efluentes industriais a jusante da ETAR, é obvio que os solos a jusante têm de ser controlados e monitorizados, questionando se sabe se o foram.
175. Refere que nos Campos da Rainha foram feitos tratamentos, mas foram feitos a cem ou duzentos metros de uma vala que tem três quilómetros até chegar à Ribeira de Canha. A jusante da ETAR, questiona se foram feitas monitorizações, questiona se sabe se os solos estão contaminados, se morreram animais e esse trabalho compete não só à Câmara Municipal, mas a Câmara Municipal tem de ser o provedor, tem de ser o primeiro a defender o interesse dos Municípios, não a fingir que o problema não está lá.
176. Referindo-se ao Membro Valentino Cunha aquilo que lhe pede é que seja sério nas intervenções que faz em relação ao papel do PSD. O PSD está presente para ajudar e para fazer parte da solução e aquilo que espera da parte do PS é que respeitem o papel da Bancada do PSD, seja ele qual for na sua interpretação.
177. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Em primeiro lugar deixa uma nota à margem da discussão, que o tom profundamente diferente da intervenção do Membro Ricardo Videira na presente Assembleia Municipal quase que merece um óscar de tão diferente que é, talvez por estar a passar em direto lá para fora, o que condiciona a capacidade e a forma discursiva do Membro Ricardo Videira pelo que merecia o Óscar na presente noite, pelo teatro que acabou por proporcionar.
178. Em relação ao Membro José Leitão só respondendo diretamente, porque merece essa consideração, sendo que já explicou em vários momentos as diligências desde 5 de fevereiro, mas vai voltar a dizê-las.
179. Houve uma reunião, houve um acordo e, como disse há pouco, é importante monitorizar os acordos que fazem, voltaram a fazer análises, fizeram-nas em fevereiro, em março não porque rebenta a Covid-19 e não tiveram empresas para as fazer. Fizeram em fevereiro e voltaram a fazer em abril e com os resultados tomaram a decisão em maio. Houve decisão preliminar, há resposta dentro do prazo à empresa no final de junho, há os pareceres técnicos e jurídicos da Câmara Municipal no início de julho, decorre o período de consulta às empresas para se fazer a auditoria para saber quanto custa e quanto tempo e há a revogação do parecer que não teve consequência para a deliberação de Câmara Municipal do dia 2.
180. Do dia 5 de fevereiro para cá, o Executivo não parou propriamente e, portanto, refuta esse tipo de acusações claramente do oportunismo político do PSD de que “não fizeram nada, que levaram muito tempo, que andaram de braços cruzados”. Isso é de quem está por fora dos processos, não os conhece, não sabendo do que fala propriamente.
181. Em relação aos requerimentos, deixa um pedido que já na última Assembleia Municipal o queria fazer, para indicarem quais foram os três requerimentos que não tiveram resposta, porque na Câmara Municipal não se encontra nenhum no presente para se responder à CDU e não é por falta de vontade. É porque não os têm mesmo e para o Executivo era importante perceber, referindo-se ao Membro José Leitão, solicita que os façam chegar novamente os requerimentos, não tendo nenhum no momento por responder à CDU, questionando se foi dos Vereadores, se foi da Assembleia Municipal, deixando o pedido para os fazerem chegar.
182. Menciona que podem levar algum tempo, mas dão a informação, sempre deram, até pela ação fiscalizadora que é o papel da Assembleia Municipal.

183. No que diz respeito à intervenção do Membro João Perdigão que questiona se “já foi debatido, o porquê de estar presentemente a fazê-lo”.
184. Refere que não têm medo de estar a debater o presente tema, pede desculpa ao Membro João Perdigão, mas refere que não há medo, quem não deve não teme, “porque está a debater um assunto que já foi muito debatido”, foi muito debatido em muitas Assembleias Municipais, com pedidos de informação dos Membros da Assembleia Municipal, do CDU, do PSD, sempre com respostas da Câmara Municipal e sim, estão a debatê-lo novamente e vão debatê-lo sempre que for necessário porque não têm medo de o debater, porque fizeram tudo de acordo com as estratégias que definiram e bem ou mal, vão ver no futuro, mas para já com resultados.
185. Sem dúvida nenhuma que o estão a debater porque não têm medo de debater nenhum assunto com a oposição, referindo que a oposição não os assusta e se são aliados do Executivo porque é que os devia de assustar, estando todos de tão profundo acordo e são tão contributivos para as soluções e estão todos empenhados no mesmo “barco”, porque é que os devia de assustar um debate político numa Assembleia Municipal. Pede desculpa, mas não têm medo de debater nenhum assunto, nunca fugiram ou refutaram qualquer tipo de informação pedida oposição e, portanto, dão a informação. Quando é a vossa função, pede desculpa, no caso do PSD que não têm Membros Executivos, mas têm a ação de fiscalização. Não de ação, mas, de fiscalização, não se confundam os papéis, a Assembleia Municipal fiscaliza o trabalho executivo, não queiram a qualquer momento subverter os papéis dos princípios que regem a democracia autárquica.
186. O PSD tem dois Membros na Assembleia Municipal que têm a informação quando a pedem, a CDU tem função executiva. Pede imensa desculpa, mas não misturem os papéis, porque, às tantas, não sabem muito bem se estão a falar com o PSD da Câmara Municipal, ou o PSD da Assembleia Municipal.
187. Menciona que é importante deixar bem claro que, sempre que lhes pedem informação, a dão.
188. Em relação ao trabalho de casa e à investigação da empresa, refere que há muito desconhecimento e é profundo o desconhecimento de não terem feito o “trabalho de casa”, de investigar a empresa, a origem e de tentar antecipar um problema, claro que não. Uma empresa recentemente criada, sem cadastro, sem histórico, empresários que foram obviamente investigados para saberem a origem, que não tinham nada em nome que pudesse indicar um problema.
189. Menciona mesmo que se encontrassem, referindo-se ao Membro João Perdigão, refere que é um país de direito. Uma empresa compra um lote no Parque Industrial, o máximo que a Câmara Municipal pode fazer é tentar ver se está tudo cumprido como fizeram ao milímetro, mais nada. Não têm poderes para impedir qualquer empresa de vir para Vendas Novas, nem querem.
190. Refere que a estratégia do Executivo passa pela atração do investimento, querem que cumpram e monitorizam o cumprimento.
191. Pede desculpa, referindo que o Membro João Perdigão o que acabou de dizer é uma aberração, porque o que disse, “faltou trabalho de casa à Câmara Municipal”, foi o que o Membro João Perdigão proferiu na presente Assembleia Municipal e isso não é verdade.
192. Pede desculpa, referindo que os técnicos da Câmara Municipal fizeram muito bem o papel deles e fazem-no sempre com todas as empresas.
193. Questiona o Membro João Perdigão o que fazia de diferente com uma empresa criada há poucos meses, sem nenhum registo negativo em lado nenhum e com administradores que não tinham eles próprios nada e gostava de saber o que é que a Câmara Municipal deveria fazer, contratar detetives privados sempre que uma empresa quer vir para Vendas Novas, deixa a questão. Em vez de lhe abrir os braços, vão atrás deles à procura? Não. Eles tinham cadastro limpo, empresa nova, factualmente não tinham nada por onde pegar. Não conheciam o caso de Torres? Não, não conheciam as ligações

familiares, mas mesmo que conhecessem, pode uma Câmara Municipal impedir que os filhos criem uma outra empresa, deixa a questão. Não conheciam o sector? Sim, conheciam. Há mais empresas no sector que cumprem tudo, em Portugal há mais empresas desse sector e cumprem com outros tipos de procedimentos técnicos que não estes.

194. Dirigindo-se ao Membro João Perdigão pede para ter cuidado com o que diz porque ao tentar atingir politicamente a Câmara Municipal, informa que há técnicos por detrás do assunto a fazer um trabalho que é meritório e pede desculpa, mas não o aceita.
195. Em relação às questões da ETAR se está boa ou não está boa, refere que teve o cuidado de dizer na primeira e na segunda vez que falou disso que o problema está praticamente resolvido, foi a expressão inicial, portanto, a ETAR está quase recuperada a cem por cento. Duas expressões usadas, que teve o cuidado de memorizar não houvesse essa vontade permanente do PSD de deturpar uma palavra e de fazer crer que o Executivo está sempre em contradição e, por isso, teve o cuidado de memorizar e sabe que apontaram e que é bom que apontem, porque de facto, é o estado dela segundo informação da entidade gestora.
196. Questionam que futuro o Executivo quer para o Parque Industrial. Refere que o futuro do Parque Industrial tem uma estratégia subjacente que foi criada quando iniciaram o projeto autárquico, foi criada inclusive com o PSD dentro do Executivo Municipal e passa pela atração de empresas em clusters individuais, mas no presente momento, seguindo uma bitola que é para o Executivo a melhor, de diversificação de sectores, porque com as crises cíclicas que acontecem na economia, aquilo que aprenderam quando têm um cluster e ele colapsa, tem-se um problema social agregado grave e, por isso, querem diversificar, querem vários sectores, na área tecnológica, na área farmacêutica, na área metalomecânica, querem várias áreas.
197. Porque se alguma colapsar por algum momento de crise internacional ou mesmo no sector, as outras não colapsam e têm garantido a permanência e a estabilidade social em Vendas Novas e essa é a bitola orientadora da estratégia que definiram e a que têm vindo a prosseguir ao longo dos últimos anos.
198. De facto, é verdade que o programa do Partido Socialista foi feito primeiro para doze anos e o último para oito, porque é sério, tem visão a longo prazo.
199. Dirigindo-se ao Membro João Perdigão pede desculpa por lhe dizer isso, mas não o traga para a Assembleia Municipal. No dia em que se estiver a discutir programas eleitorais na Assembleia Municipal estão a desvalorizar o papel da Assembleia Municipal e refere com um “bocadinho de arrogância”, referindo que o programa foi sufragado nas últimas eleições há três anos pelos Vendasnovenses e de que forma.
200. Solicitando que não traga esse assunto para a Assembleia Municipal porque não é o palco para debater programas eleitorais. Isso faz-se em campanha e a campanha ainda falta um ano. Sabe que a ambição e a vontade é muita, têm é de ter um bocadinho mais de calma que já lá se vai muito em breve e sem medos.
201. Referindo-se ao Membro Ricardo Videira diz que o Executivo tem estratégia para a situação futura do que vier a acontecer em relação à situação do Parque Industrial e à ETAR de Bombel.
202. Menciona que não vai abrir para fora do que é o núcleo que definiu como o núcleo de crise do problema porque, consigo próprio, às vezes, sabe Deus. Portanto, com toda a boa vontade e crença que tem nas individualidades e, o que está a dizer é sério e, naquilo que é a pessoa de cada um dos presentes, pede a premissa de não divulgar a estratégia, porque, de facto, ela pode ser comprometida com o seu conhecimento antes da hora certa. Portanto, não o fará até a ter pelo menos em marcha.
203. O rigor e monitorização está falado. Têm feito a monitorização, mas, de facto, nunca se tinha tido um problema desses. A expressão é essa “trancas à porta” porque nunca se tinha tido um problema desses e se aperceberam que o Parque Industrial, em alguns sectores de equipamentos, está obsoleto e precisa de mais, mas não é só esse, tendo a estratégia, por exemplo, de desenvolvimento do Parque Industrial

uma unidade de gás natural, sendo que nos dias que decorrem faz todo o sentido ter uma unidade dessas. Não têm conseguido investidores para o fazer, ainda não conseguiram no mercado, mas está previsto, sendo uma das bitolas infraestruturais para o Parque Industrial.

204. Sendo que isso ampliaria em muito o potencial do Parque Industrial e a atratividade de algumas áreas de negócio particularmente importantes, bem como a potencialização do sector solar que têm vindo a fazer de acompanhamento às empresas, com os programas nacionais que existem e que têm dado apoio para que as empresas possam apetrechar-se também, dando o exemplo da Corkart ou a Starcork que têm a cobertura completamente forrada com painéis com o apoio da Câmara Municipal.
205. Refere que há um trabalho permanente de acompanhamento das empresas que se tem hoje no Parque Industrial, de atração a novas empresas e novos negócios em desenvolvimento e uma visão para o Parque Industrial e não passa por nenhum cluster específico por aquilo que já explicou, apostam na diversidade por motivos mais de que óbvios.
206. Em relação à informação, pede desculpa, mas factualmente isso também não é verdade e, portanto, não há nada a dizer.
207. Que não informaram a população, refere que fizeram reuniões com as populações em 2019, fizeram-no no início do ano de 2020 e quando foi a reunião de Câmara Municipal a 22 de maio, já com a informação e com o processo organizado, comunicaram a decisão para fora porque continuava a haver problema.
208. Refere que comunicam só o que podem comunicar, isso é verdade, nem sempre quando o querem. O Membro Ricardo Videira acusa-o tantas vezes de falar demais, que até se “estica” às vezes um bocadinho, que até vai mais longe e cria expectativas, agora está a ser acusado de falar de menos, isso é muito estranho para si, sendo a primeira pessoa em muito tempo a dizer que fala de menos. A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, coitada, diz que fala demasiado, permitindo-lhe dizer obrigado, porque é a primeira pessoa em muito tempo a dizer que fala pouco, sendo um facto que tem uma tendência para falar.
209. Refuta isso, a informação sempre foi prestada à Assembleia Municipal, foi disponibilizada, foi pedido um ponto, agendou-se um ponto, trouxe-se a informação, não têm medo do debate, sendo que, no presente, o seu papel enquanto Presidente da Câmara Municipal esgota-se no momento em que prestou a informação, que é aquilo que vem fazer, no momento em que prestou toda a informação que tinha disponível, encerrando da sua parte e hoje aquilo que era o seu trabalho para a Assembleia Municipal.
210. O Membro **Valentino Cunha** agradece a palavra. Refere que, de facto, quando alguém pede seriedade ao PS que também apresente alguma seriedade e a intervenção anterior à do Senhor Presidente da Câmara Municipal pouco de novo lhes traz. Fala dos mesmos assuntos que viram debatidos, algumas metáforas novas diria, mas pouco se retira da intervenção a não ser que a confusão é a mesma, misturando coisas que nada têm a ver ou pouca relação têm com a realidade.
211. Mas isso talvez seja como já foi mencionado, o PSD ainda não percebeu que ao não estar na Vereação, também não tem de estar em “bicos de pés” ao mesmo nível que a CDU que tem poderes executivos no âmbito da Câmara Municipal e, naturalmente que a informação que é prestada à CDU que está numa reunião de Câmara Municipal é diferente ou tem um espaço temporal mais prolongado do que aquela que é apresentada ao PSD que nas Assembleias Municipais que se realizam quatro vezes por ano, naturalmente, não está a par das decisões e das informações tão rapidamente como a CDU estará no âmbito das reuniões de Câmara Municipal.
212. Falaram também que esta é a primeira vez que o ponto é agendado. Crê que também falta ao PSD, já que é para meter os pontos nos is, falta ao PSD falarem-se. São dois, falem-se. Porque o primeiro diz que é a primeira vez que o ponto é agendado e isso é uma marca, o segundo diz que não há necessidade que o ponto seja agendado na ótica do PSD, referindo que não estão ali a fazer nada.

213. Refere que alguma coerência também é necessária e isso fica como um conselho que lhes dá de boa vontade.
214. Por fim, no que concerne à estratégia para o Parque Industrial e há menção de planos eleitorais, crê que o Município não pode estar limitado por aquilo que estava no programa eleitoral, nesse caso do Partido Socialista, ou seja, não podem fazer só aquilo que está no programa.
215. Se uma ETARI não está no programa, então porque é que a vão fazer, ou como é que a vão fazer, ou qual a vantagem de a fazer.
216. Falando ainda de estratégia no Parque Industrial é curioso e, se calhar, chama à atenção para o facto que ainda há cerca de um mês, três semanas, duas não consegue precisar concretamente, foi anunciado que foi aprovado em reunião de Câmara Municipal um estudo para aferir da viabilidade da instalação de um terminal de mercadorias rodoferroviário no Concelho de Vendas Novas, em específico ou possivelmente no Parque Industrial. Se isso não é estratégia de desenvolvimento, se isso não é querer garantir uma plataforma para o Concelho que atraia empresas, no eixo fundamental em que se está inseridos de Sines para Espanha, eixo ferroviário e rodoviário fundamental chamado o Corredor Internacional Sul, se isso não é uma estratégia então não sabe o que apelidar.
217. O **Membro João Perdigão** refere que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não está, mas vai intervir.
218. Refere que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, há dez minutos atrás, acabou de atribuir o óscar ao seu companheiro de Bancada, ao Membro Ricardo Videira, mas também não fica atrás e, uma vez que vem um pouco para levantar a pressão, mas não fica atrás, pelo que atribui o óscar do drama relativamente à forma como se dirigiu a si.
219. Isso porque houve um viés naquilo que foi o que disse e aquilo que foi interpretado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. Primeiro, relativamente ao ponto extraordinário, naturalmente, que a Bancada do PSD que achavam que o assunto deveria ter um ponto extraordinário e não veio dizer porque é que estão a ter um ponto extraordinário. A questão que levantou foi nalgumas intervenções por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal que se estava sempre a repetir esse assunto e assim havia sido tratado em outras Assembleias Municipais e, por isso, o questionou de se estar hoje com esse ponto se se tinha os outros pontos, sendo só isso, sendo que aí já há um viés.
220. Relativamente à questão do “trabalho de casa” e à questão de ir procurar detetives e empresas, refere que não falou nada disso, nem sequer insinuou nada disso. O que quis dizer nomeadamente relativamente à questão dos problemas que foram levantados por essa empresa ou por outras empresas é que o “trabalho de casa” deve ser feito, pelo menos é esse o entender da Bancada do PSD, que tipo de empresa é que vem para o Parque Industrial e não está a falar na empresa A ou B, no presente caso na Extraoils, não é disso que estão a falar. Mas que tipo de empresa é que se quer sediar no Concelho de Vendas Novas, que tipo de efluentes é que vai produzir, se houver um problema nessa empresa, a ETAR está em condições de receber esses efluentes sem sofrer danos.
221. Quando se referia ao “trabalho de casa” é a esse “trabalho de casa”. Não é fazer o “trabalho de casa” como foi insinuado e deu a entender, o “trabalho de casa” como o programa de sexta às 9 em que esse assunto foi referido. Longe disso, nem sequer isso lhes passou pela cabeça e daí a sua outra intervenção relativamente à questão da ETAR e do Programa Eleitoral é nomeadamente, quando o Senhor Presidente da Câmara Municipal, na altura como candidato, quando pensou em fazer o programa, que tipo de Vendas Novas é que pretendia.
222. Na intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal e relativamente às suas palavras foi tudo que foi presentemente criada.
223. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Menciona quando se fala em atribuir prémios, no presente dia poderiam atribuir vários: o melhor argumento, o melhor ator secundário, talvez até o melhor duplo e, às vezes, até o melhor drama.

224. Refere que a intervenção visa, fundamentalmente, clarificar aquilo que são as suas posições, evitar que as intervenções que os procederam, quer do Senhor Presidente da Câmara Municipal, quer do Deputado Municipal do Partido Socialista, possam induzir em erro qualquer registo que fique na ata e refere que obviamente não estão presentes para atuar, não estão presentes para ludibriar ninguém, estão presentes para defender aquelas que são as suas posições e convicções.
225. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal refere que teve uma grande vitória em 2017, mas houve pessoas que votaram nesses Deputados Municipais que estão presentemente sentados e esses votos, permitam-lhe a arrogância, também têm de ser respeitados. É para isso que ali estão, para avaliar e fiscalizar o trabalho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, independentemente de concordar com a análise da Bancada do PSD ou não e é bom que isso fique muito claro.
226. Refere que ninguém atacou o trabalho dos técnicos da autarquia. Esse drama não é o drama que o PSD está a tentar traçar. Aquilo que o PSD fala e defende é uma ação política diferente, porque senão veja, o Senhor Presidente da Câmara Municipal não agiu concomitantemente com aquilo que os técnicos da Autarquia e com os pareceres jurídicos que pediu e indicavam. Uma decisão política, ao invés da decisão técnica, o Senhor desrespeitou o técnico, não, o Senhor não desrespeitou o técnico, o Senhor tomou uma decisão política e é por essas decisões que a Bancada do PSD o escrutinam.
227. Não confunda aquilo que é o trabalho técnico com aquilo que é o seu trabalho político, que é esse trabalho que a Bancada do PSD está presentemente para avaliar e para escutinar, nas suas palavras o Senhor disse isso.
228. Em terceiro lugar, não se queixa do Senhor Presidente da Câmara Municipal falar pouco, achando que realmente fala muito. Não diz é o que querem que seja dito que é uma coisa diferente. Pedem um esclarecimento, fala, fala, fala, mas não esclarece, sendo essa a questão que os separa e a informação que é factual, a tal que o Senhor Presidente da Câmara Municipal diz que fornece, não a fornece no tempo útil e é isso que deixa uma oposição que quer fiscalizar o trabalho da Câmara Municipal, obviamente frustrada por não conseguir cumprir o seu papel no tempo útil.
229. Falar de seriedade não foi aquilo que o Membro Valentino Cunha veio presentemente fazer, mas refere em relação àquilo que é o programa eleitoral, que tem a linha estratégica daquilo que qualquer partido defende para executar no seu mandato e não pode andar a serpentear à volta desse programa eleitoral. Aquela é a espinha dorsal, aquele é o guião para se ganhar o Óscar no final do mandato.
230. Aquilo que é o programa eleitoral deve ser respeitado, principalmente no que diz respeito a investimentos estratégicos, como é o caso de uma ETAR industrial, principalmente no que diz respeito a uma estratégia para o Parque Industrial, não fazendo ideia se o Senhor Presidente da Câmara Municipal nessa estratégia de diversificação quer trazer indústria pesada para Vendas Novas, não o sabem. Acreditando que não, não tendo condições para isso, mas não têm essa informação e pior, os eleitores também não a têm, os cidadãos também não a têm e pelo anúncio que o Senhor Presidente da Câmara Municipal fez, que não foi em campanha eleitoral, foi no exercício do seu mandato, merecem saber qual é que é a estratégia que está a ser definida.
231. A estratégia do investimento da ETAR, a estratégia para o Parque Industrial é aquilo que lhes falta saber para se poderem pronunciar se concordam ou não com ela e, obviamente, os cidadãos também.
232. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

3.º Ponto – PROPOSTA DE 2.º REVISÃO AO ORÇAMENTO E PPI DE 2020

233. **A Presidente da Assembleia Municipal coloca à discussão o 3.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.**

234. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que, como está presente na informação que todos receberam e como a Membro Maria João Luz está a pedir a palavra dará a informação a seguir.
235. Se o permitir vai apresentando o ponto até se garantir que foi enviado, mas é um ponto urgente, ou seja, urgente ao ponto de colocar em causa um projeto estratégico que é a remoção do amianto das escolas do Concelho que não tem, no presente momento, os pré-requisitos necessários para ser feita a candidatura até ao final do presente mês.
236. Com a autorização da Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresenta o ponto e depois vê-se a questão dos procedimentos. Em última instância, pára-se um bocado e analisam, mas é importante no dia de hoje decidir-se esse assunto que tem a ver com a criação dentro do Plano Plurianual de Investimento da Câmara Municipal, de um projeto que não existia antes que é a remoção do amianto dos edifícios escolares, uma vez que, para fazerem a candidatura ao programa operacional que vai financiar este projeto da remoção da cobertura restante, porque alguma já foi, da restante que está na EB1, precisam de criar o projeto e dotá-lo financeiramente, para depois fazer então o lançamento do concurso público que é a maturidade exigida para poderem candidatar esse projeto.
237. Para a Câmara Municipal poder ir buscar as verbas necessárias para fazer esse projeto tem de ter dinheiro em orçamento e tem de ter o projeto em orçamento. Souberam-no quando saiu o aviso do programa operacional, a competência da revisão ao orçamento é executiva, mas também é deliberativa, pelo que compete também à Assembleia Municipal aprovar.
238. Basicamente é a criação de um projeto chamado Remoção das coberturas de amianto das escolas com a dotação de cinco mil euros, no presente ano, de algumas despesas que possam vir a ocorrer e de oitenta e cinco mil euros que é a previsão de investimento no próximo ano, sendo que ele terá execução no próximo ano, mas o concurso público tem de ser lançado já, tendo o prazo até dia 30 de outubro para a execução da candidatura, tem de se lançar o concurso público que é a maturidade que é exigida, embora a obra só deva ocorrer com a paragem do ano letivo para que não haja a colocação de ninguém em risco com a remoção daquela cobertura e a sua substituição.
239. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que, em relação ao documento, ele foi enviado por e-mail, questionando se todos o receberam. Pede desculpa por não ter sido enviado em papel, foi um erro administrativo. Foi enviado para todos os Membros em formato digital, vai ver o que é que aconteceu para ver se o mesmo não volta a acontecer, sendo que há coisas que são além da razão.
240. O **Membro João Perdigão** refere que, relativamente ao presente ponto, não é claro para o PSD e como já perceberam, não foi claro para a Senhora Vice-Presidente Elsa Caeiro, pelo que leram na ata. Mas relativamente às responsabilidades do Ministério e do Município, o que questionam relativamente ao protocolo é se, de facto, isso terá custos para o Município e sendo essa a questão da educação, tem sido uma bandeira do PSD e não pretende fazer presentemente história e entrar em grandes detalhes sobre o papel do PSD nesta área na Assembleia Municipal, o que pretende saber é se sendo isso um concurso e não sendo aprovado, que pode acontecer, como é que o problema se resolve.
241. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Em primeiro lugar, salienta em relação à presente matéria que é uma bandeira do Executivo desde que chegaram à Câmara Municipal no ano de 2013, que com dois Governos tentaram resolver a situação e que, felizmente, parte do problema foi resolvido já pelo anterior Governo e que foi criado o presente programa porque era um problema não só do Concelho de Vendas Novas, mas de muitos Concelhos no país, muito embora as escolas não sejam da responsabilidade da Câmara Municipal, nem do Município.
242. Deixa claro duas questões de princípio subjacentes ao acordo que assinaram, assinaram Câmaras de todos os Partidos, não sendo pensa, uma questão partidária, mas sim uma questão de resolução de um problema que pode ser grave e, portanto, o acordo surge e é assinado com o Ministério, na persecução daquele que é um objetivo que tinham desde o início do primeiro mandato quando assumiram funções e que já viu a sua resolução da maioria do problema, nomeadamente aquela que foi identificada como

danificada, a cobertura, não estando a dos pavilhões, segundo a informação, danificada que ficou para uma segunda vaga que é a presente.

243. O acordo estabelece que o custo de remoção do amianto é suportado pela candidatura de fundos comunitários que o Governo criou, mobilizou os fundos com a anuência de Bruxelas para que fossem aplicadas verbas comunitárias na remoção do amianto existente nas escolas.
244. O que estão agora a fazer é a garantir que podem fazer o concurso público para fazerem a candidatura aos fundos comunitários. Fazem a inscrição em orçamento, têm o projeto pronto, têm as peças documentais para lançar o concurso público com o valor de referência que foi estabelecido a nível nacional, cinquenta e cinco euros o metro quadrado, com dez por cento de margem de manobra, caso seja necessário e também o está no aviso do PO Regional.
245. Menciona que a margem de manobra que têm são dez por cento, há assunção até na apresentação pública da assinatura dos protocolos da parte do Governo que não é por mais três ou quatro euros que não vão depois aprovar uma revisão do programa da candidatura.
246. A candidatura é feita, é aprovada, se vier em sede de concurso público a não haver concorrentes, terão de lançar um novo concurso porque têm tempo para isso, perceberam claramente qual é que é o preço que vai ser estimado e pedirão a reformulação da candidatura para ir buscar mais verbas, de acordo com o que está definido em programa que têm esses dez por cento de margem de manobra para esse efeito.
247. Refere que as custas para o Município serão indiretas, é o trabalho dos técnicos do Município que já foi feito que é obvio e, também daqueles que vão trabalhar a seguir no processo, nomeadamente, com o lançamento do concurso público, o serviço de aprovisionamento, nomeadamente e, de contabilidade *à posteriori*, bem como, as obras municipais que acompanharão a intervenção que vai ser feita.
248. Sendo um concurso público, lançam o concurso, fazem a candidatura, a candidatura é aprovada, o concurso fica “deserto”, mas têm a candidatura garantida, não perdendo nunca porque ela está comprometida e assinada em protocolo com o Governo, não perdem a verba, está reservada, é um processo concorrencial, mas com verbas que estão alocadas às situações identificadas no país, no caso no PO Regional do Alentejo em que têm a verba para aqueles Municípios que assinaram com o Governo o acordo, estando lá a verba.
249. Menciona que têm prazo para que, caso fique deserto um concurso, que hoje em dia é recorrente infelizmente, possam lançar um novo concurso com um novo valor e tentarem perceber qual é a verba final, por isso é que a estimativa orçamental era setenta e nove mil euros mais iva e colocaram oitenta e cinco, já com a margem de conforto a contar também com os dez por cento.
250. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 3, tendo sido **deliberado**, por **unanimidade**, aprovar a **2.ª Revisão ao Orçamento e PPI de 2020, com as seguintes características:**
 - a) **Criar em Plano Plurianual de Investimento, o projeto “Remoção de Amianto das Escolas do Concelho de Vendas Novas”, com a data de início em 15/10/2020 e data de fim em 31/12/2021, com a forma de execução por empreitada;**
 - b) **Inscriver, no ano de 2021, a dotação de 85.000€, valor previsto pelos serviços do Município para a empreitada;**
 - c) **Inscriver 5.000€ no ano de 2020 no projeto acima referido, para outras eventuais despesas que possam vir a ocorrer, na classificação económica 02/07010305, por contrapartida da dotação do projeto I33/2018 – Remodelação e Ampliação das Redes de Energia e Iluminação Pública”, classificação económica 02/08050104, face à recente alteração do enquadramento deste projeto, não alterando, assim, o valor global do orçamento;**
 - d) **Esta revisão não incorpora alteração no orçamento da receita, uma vez que a receita associada ao projeto apenas será efetivada em 2021;**
 - e) **Face às alterações acima referidas, não sendo alterado o valor das receitas e despesas correntes em 2020, demonstra-se cumprida a regra do equilíbrio orçamental.**

251. O **Membro José Leitão** apresenta, em nome da Bancada da CDU, uma declaração de voto. Refere que a CDU, ao votar a favor o presente ponto, não quer dizer que esteja de acordo com a metodologia encontrada por parte do Ministério da Educação de transferir para as autarquias locais essa responsabilidade, deveria ser ele a resolver o problema e não transferir o problema para as autarquias.
252. O presente problema nas autarquias pode vir a ser bastante oneroso, sendo que se vai ter trezentos e oito Municípios a procurarem empresas para substituir o amianto, sendo evidente que se vai assistir possivelmente é que o preço que essas empresas vão pedir para o fazer começar a disparar.
253. Menciona que a Bancada da CDU votou a favor porque sabem que é uma questão de saúde pública e ninguém quer pôr em risco a saúde de ninguém, discordando frontalmente com o oportunismo metodológico por parte do Ministério da Educação de transferir para as autarquias, através dos acordos, passando o ónus para cima da autarquia, “lavando as mãos como Pilatos”.

4.º Ponto – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA EM REPRESENTAÇÃO DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO NO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

254. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 4.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.
255. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que, tratando-se de uma matéria da área da saúde, passa a palavra à Vereadora Ana Barros que tutela a pasta.
256. A **Vereadora Ana Barros** saúda todos os presentes. Refere que a noite já não vai tão quente, já está a arrefecer. Menciona, se for possível, abordava já os dois pontos, pois a sessão já vai longa.
257. Refere que são dois pontos da área da saúde, com intervenção direta na estratégia e também na ação, tanto Municipal, como também do Agrupamento dos Centros de Saúde do Alentejo Central, que é quem tutela todos os Centros de Saúde do nosso Alentejo Central.
258. Menciona que o quarto ponto diz respeito à eleição, tal como estipulado no diploma legal, para a eleição de um Presidente de Junta para o Conselho Municipal de Saúde. Pode-se criar pelo Município, tal como têm outros Conselhos Municipais, importante na estratégia Municipal, no que diz respeito à saúde e em outras matérias, sendo uma imposição legal para constituir o Conselho.
259. Refere que o quinto ponto tem a designação de um representante para um outro Conselho, desta vez o Conselho da Comunidade do ACES, sendo um Órgão do ACES do Agrupamento de Centros de Saúde que, para além de acompanhar a atividade de gestão do ACES, também deve, no fundo, zelar pela prestação de cuidados de saúde de qualidade da comunidade, daí vir à Assembleia Municipal também por imposição legal, a designação de um representante que representa o Município, enquanto território, o nosso território neste Conselho da Comunidade.
260. Menciona que está disponível, se for necessário, responder a alguma questão, mas pensa que para já é o essencial para se perceber o que se vai votar.
261. O **Membro José Leitão** pede desculpa pelo incómodo e promete que não quer ganhar nenhum Óscar, por isso podem estar descansados.
262. O que quer apresentar é o seguinte, a Assembleia Municipal e, isso pode ser ignorância sua, aprovou por unanimidade o decreto-lei n.º 23/2019, 30 de janeiro, que era sobre as transferências de competências da saúde para a Câmara Municipal e agora, ao abrigo desse mesmo decreto-lei que chumbaram na Assembleia Municipal, vem propor a eleição de um Presidente da Junta de Freguesia em representação no tal Conselho Municipal de Saúde.

263. Ora isso parece-lhe incongruente. Se na Assembleia Municipal votaram contra a transferência de competências, agora estão a assumir a competência que é um bocadinho do total de transferências que o decreto-lei passava, podendo estar a interpretar mal, mas foi a leitura que fez sobre a questão.
264. O **Presidente da Câmara Municipal** passa a palavra à Vereadora Ana Barros.
265. A **Vereadora Ana Barros** refere que já sabia que o Membro José Leitão iria colocar essa questão, porque, de facto, o decreto-lei é o mesmo e a questão vem associada ao diploma e é o diploma que enquadra a transferência de competências. No entanto, se olharmos para o diploma, ele próprio nos artigos, tanto o artigo que antecede, como o artigo seguinte e onde é introduzida essa questão, na primeira parte do diploma, diz respeito até ao regulamentar as Comissões de Acompanhamento, a criação de Conselhos, não em concreto e não materializa as competências.
266. O Conselho Municipal de Saúde vem enquadrado, se calhar, nunca tinha tido esse enquadramento, mas não representa qualquer transferência de competências, porque não estava em outro lado, não estava no Governo, não estava na Administração Central, não existia. Possibilita aos Municípios, tal como existe o Conselho Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Juventude, ter um Fórum onde conselheiros podem acompanhar a estratégia municipal e as políticas em matérias de saúde não estando presentemente, apesar do diploma ser o mesmo, é, não estão a entrar no campo das competências, materialização de competências, não de todo.
267. A intenção do Executivo vem reavivada por um ofício do Agrupamentos do Centros de Saúde, a sublinhar a importância da criação desses Conselhos ao nível municipal e depois também, no ponto que se segue, em relação aos Conselhos da Comunidade, vem na sequência desse ofício que sublinham essa importância e, de facto, estavam a aguardar que houvesse uma sessão presencial para possibilitar a votação, porque foi sempre dito que não poderia ser feita a votação on-line, estando à espera que tudo fosse possível.
268. A **Membro Ana Lança** saúda todos os presentes. Refere que em relação à eleição do Presidente de Junta de Freguesia em representação das Juntas de Freguesia do Conselho Municipal de Saúde, a proposta da Bancada do Partido Socialista vai para a Presidente de Junta da Freguesia de Vendas Novas, Paula Valentim.
269. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que, não havendo mais propostas, vão avançar com a votação, que vai ser uma votação secreta e nominal, tendo o papel na cadeira e vão votar sim ou não.
270. Foi eleito, por maioria, com 12 votos a favor, 1 votos contra e 6 abstenções, a **Presidente da Junta de Freguesia de Vendas Novas, Paula Valentim, para representar as Juntas de Freguesia do Concelho de Vendas Novas no Conselho Municipal de Saúde.**

5.º Ponto – DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS NO CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES

271. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que o presente ponto já foi apresentado, questionando se alguma Bancada tem algum representante a propor.
272. A **Membro Maria Clara Pereira** saúda os presentes. Refere que dado o papel do Conselho na Comunidade, pensam que deva ser um cidadão neutro em relação a Instituições de Saúde ou Órgãos do Poder Local. Assim sendo, a Bancada do Partido Socialista propõe a Cidadã Hermínia Henriques, apesar de ser Presidente da Assembleia Municipal, trata-se de um Órgão não executivo e, por isso, no entender da Bancada do PS, é compatível com a designação para o presente Conselho.
273. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Refere que não tem nada a opor em relação à proposta que a Bancada do Partido Socialista apresenta. Apenas refere que ser neutro não é, aliás, basta ver o discurso da Senhora Presidente da Assembleia Municipal na última Sessão Solene Comemorativa da Elevação de Vendas Novas a Concelho e percebe-se que não é uma intervenção neutra. É uma intervenção política e a Bancada do Partido Socialista reconhece na liderança da Assembleia

Municipal, na Mesa da Assembleia Municipal, a Presidente do Partido Socialista em Vendas Novas. Não é neutra.

274. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que não havendo mais propostas vão avançar com a votação, que vai ser uma votação secreta e nominal, tendo o papel na cadeira e vão votar sim ou não.
275. Foi eleito, por maioria, com 13 votos a favor, 2 votos contra e 4 votos em branco, **Hermínia Henriques**, para Representante do Município de Vendas Novas no Conselho da Comunidade do ACES (Agrupamento dos Centros de Saúde) do Alentejo Central.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

276. Havendo público na Sala, interveio o **Senhor Valério Estróia**, saudando todos os presentes.
277. Menciona que gostaria de fazer alguma pergunta e de dizer alguma coisa em relação à Assembleia Municipal. Visto que se está a ver o público, que continua a ter “muito público”, não havendo, menciona que não conseguem cativar público, não valendo a pena, nem A, nem B, nem C. Ninguém quer saber da política e isso é algo que os políticos têm de reverter. Ninguém quer saber da Assembleia Municipal, pedindo que olhem para o que está na sala, sendo isso, para si, há uns anos impensável. Na sua opinião isso era impensável.
278. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, dizendo que falta de documentos num ponto tão importante que era necessário decidir no presente dia é grave, na sua opinião, estando presente como assistente, mas o que é certo é que os está a ouvir e também o têm de ouvir um bocadinho.
279. Menciona que se falou no problema dos maus cheiros, sendo um problema que já “roda” há muito tempo, mas que se calhar até é mentira, sendo que ninguém vem presentemente falar, é um espetáculo. Se calhar é tudo mentira, é uma “fantoçada” que se está a viver, as pessoas estão todas acomodadas.
280. E o problema das águas, não sendo só os maus cheiros. As águas, os poços e os furos e onde se bebe.
281. A **Presidente da Assembleia Municipal** interrompe questionando sobre a pergunta para o Senhor Presidente da Câmara Municipal.
282. O **Senhor Valério Estróia** menciona que se a Senhora Presidente da Assembleia Municipal for um bocadinho paciente, está quase.
283. Continua referindo que tem uma horta, regando do seu furo, questionando se a água está boa, aludindo que daqui a pouco se começa a ter problemas. Depois aparecem doenças, questionando de onde virão. Questiona se virão do “ar”. Às vezes até não, é mesmo da água, sendo uma questão que se tem de ver com urgência. Pensa, acha e tem a certeza que, na altura, a Câmara Municipal “assobiou para o lado”, questionando porquê, porque houve gado morto lá em cima, ovelhas mortas há muito tempo, foi comunicado. Houve queixas ao meio ambiente, estava o esgoto a correr a céu aberto.
284. A **Presidente da Assembleia Municipal** interrompe, solicitando a pergunta para o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que a parte do público não é para intervir, mas sim para fazer perguntas ou pedidos de esclarecimentos.
285. O **Senhor Valério Estróia** refere que é importante trazer empresas novas para o Parque Industrial e quando se quer empresas novas para o Parque Industrial tem de se perguntar e tem de se saber o que é que vem, questionado o Senhor Presidente da Câmara Municipal se analisaram quem vinha, se sabiam de onde eles vinham, mencionando que só o Executivo é que não sabia. No seu entendimento, sendo que isso até apareceu na televisão.

286. Menciona que a fábrica ainda continua a laborar, ainda não parou, não há descargas para o esgoto, questionando se são os empregados que lá estão que “bebem o líquido”, questionando para onde ele vai e isso não importa, mesmo que não fique em Vendas Novas já não importa, para onde aquilo vai se não presta, se não está tratado. Deixa a pergunta no “ar”, agradecendo.
287. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra e agradece ao cidadão Valério Estróia. Refere que durante a Assembleia Municipal teve a oportunidade de esclarecer as perguntas que o cidadão Valério Estróia acabou de fazer no final. Refere que foi analisada a origem da empresa, a sede, de onde era, quem é que eram os empresários e não havia cadastro nenhum. Há um programa de televisão que passa em novembro e a empresa tem um processo de sediação que vem do ano anterior ao início de laboração que era impensável. Não tinham a informação, como ninguém a tinha no território, porque, de facto, o dono da outra empresa é familiar, mas não são os mesmos e pede desculpa a expressão, mas se o Valério cometer algum tipo de crimes, os seus filhos não devem de pagar por isso e mesmo que soubessem, como já o disse, legalmente não tinham o direito, nem tinham maneira de impedir a vinda.
288. Em relação às restantes questões que não são questões vai abster-se de comentar, são para o debate político, pelo respeito que tem pelo cidadão Valério que até é autarca em Vendas Novas pelo que sabe, vai respeitar também o Órgão, não tecendo comentários para não entrar em debate.
289. Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida, votada e aprovada, por **unanimidade**, a minuta da ata, tendo a Presidente da Assembleia Municipal dado por encerrada a sessão quando eram 23 horas e 47 minutos do dia 13 de outubro de 2020.

A Presidente da Assembleia:

O 1.º Secretário: